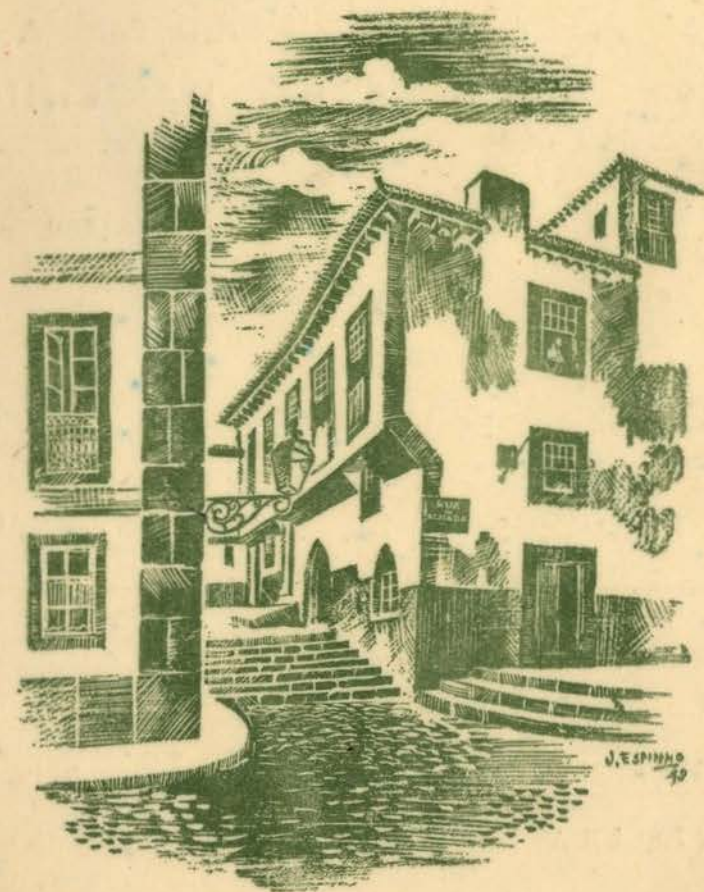


OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

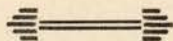


ANO XV

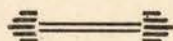
N.º 57

JANEIRO DE 1952

TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO FABRICANTE
DE LANTERNAS estilos
D. JOÃO V, RENASCENÇA,
POMBALINO, D. MARIA I, etc.



FORNECEDORES de LANTERNAS para MINISTÉRIOS,
O. P., PALÁCIO DE QUELUZ, POUSADAS
de TURISMO, S. P. N., PALÁCIOS e SOLARES
————— PORTUGUESES etc. —————



119 - RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS - 119

(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

ATENÇÃO

A OURIVESARIA **Miguel A. Fraga, L.^{da}** R. da Palma, 26-28

Participa aos seus amigos e clientes que já se encontra nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

(Largo Martim Moniz, 18)

Onde continua a vender OURO, PRATA, E JÓIAS a baixos preços.

Telefone 28503

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS
E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES

TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^a, L.^{da}

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 65117-65178
AVENIDA 23 DE JULHO 138 - LISBOA

LAMPARAS

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE
Fabrica nacional

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*Eng.º Rolando Lucena Baptista
de Sousa*

Representação em Luanda

Representante int.º

Dr. Silvío Guimarães

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

ELECTROLUX



FRIGORÍFICOS
ASPIRADORES - ENCERADORAS
MÁQUINAS DE COZINHA
MÁQUINAS PARA LAVANDARIAS

LISBOA

SEDE E EXPOSIÇÃO

R. Pascoal de Melo, 7

Telefs.: 48378 / 50516 / 54130

EXPOSIÇÃO

Av. da Liberdade, 141, 1.º

Telefs.: 28246 / 32901

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

JOIAS ◊ OURO ◊ PRATA ◊ RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 —————> LISBOA

Companhia Alcobia

Móveis — Estofos
Decorações

No seu género, uma das melhores
e mais conceituadas casas do País

★

RUA IVENS, 14 (Esquina da Rua Capelo)

LISBOA Telef. 26441



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

Ter em sua casa e dar aos amigos louça da

VISTA ALEGRE

é uma tradição lisboeta com mais de 100 anos

.....
Largo do Chiado, 18



LISBOA



B O L E T I M T R I M E S T R A L

ANO XV

JANEIRO DE 1952

NÚMERO 57

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Rua Garrett, 62, 2.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155

SUMÁRIO

O Forte do Corpo Santo e a Bateria do Cais do Sodré, por *Alfredo Ferreira do Nascimento*.

As Armas do Conde de Lippe, por *Heinrich Katzenstein*.

Vistas de Lisboa, por *António de Aguiar*.

A Baixa Pombalina em Festa — A Rua da Prata e a Rua dos Fanqueiros, por *Gustavo de Matos Sequeira* e *Norberto de Araújo*.

O Convento dos Barbadinhos Italianos, pelo *Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves*. (Conclusão).

A Bemposta (O Paço da Rainha), por *Luis Moita*.

Bailes na Corte de D. Manuel I, por *Mário Costa*. (Conclusão).

Feira da Ladra.

Acção Cultural do Grupo «Amigos de Lisboa» durante o ano de 1951.

NA CAPA — Prédio quatrocentista da Rua da Achada — *Desenho de J. Espinho*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

O

FORTE DO CORPO SANTO

E A

BATERIA DO CAIS DO SODRÉ

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

INSERE o «Olisipo», correspondente ao 1.º trimestre de 1951, a comunicação que, sob o título «*O Forte de S. Paulo ou da Tenência em 1793*», o nosso consócio e meu Amigo senhor Dr. Durval Pires de Lima apresentou à Primeira Conferência Bial dos «Amigos de Lisboa».

Sem outro propósito que não seja o de contribuir para o esclarecimento de certas passagens daquele curioso trabalho, aqui vamos dar nota de algumas achegas, colhidas de elementos que vimos coleccionando com vista à elaboração de um trabalho sobre a defesa militar de Lisboa e do seu porto.

A defesa da margem Norte do Tejo, no sector compreendido entre S. Paulo e o Terreiro do Paço, não esteve, apenas, confiada aos fortins de S. Paulo e dos Remolares e ao baluarte de S. João do Terreiro do Paço ou da Vedoria, mas, também, ao *forte do Corpo Santo*, localizado junto ao ângulo Sul-Poente do palácio dos Corte-Reais e deste separado pelo boqueirão que ali existiu. Não sabemos, ainda, quando tenha sido construído, mas a verdade é que a sua existência nos é claramente revelada pela vista panorâmica de Lisboa, desenhada por Pier Maria Baldi e que ilustra a relação, feita pelo Conde Lorenzo Magalotti, da visita a Portugal e Espanha efectuada por Cosme de Médicis, cuja estadia em Lisboa teve lugar, como é sabido, de 20 de Janeiro a 17 de Fevereiro de 1669.

Temos, portanto, que o referido Forte do Corpo Santo já existia nos começos de 1669, pelo menos.

E sobrevivia, ainda, em 1751 adstrito a função bem diferente daquela que primitivamente lhe havia sido assinalada. Ocupado, então, com estâncias de madeira, a sua conservação não era das melhores, pois, muito embora a muralha exterior estivesse em bom estado, encontrava-se sem parapeitos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Arquivo Histórico Militar — Arquivo de Lisboa (Conde de Lippe), Caixa 1, códice n.º 11 (d.º 31): Relações sobre o estado das fortificações marítimas do porto de Lisboa. 1751.

Na conhecida gravura colorida «A View of the Palace of the King at Lisbon», impressa em Londres, por Rob.^t Sayer, a situação do forte do Corpo Santo é bem visível, a jusante e junto do palácio dos Corte-Reais, mas aqui já sem guarita no vértice do redente, ao contrário do aspecto reproduzido na gravura de Baldi. A guarita, possivelmente, já teria ido atrás dos parapeitos da muralha.

Não encontramos no «Mapa de Portugal Antigo e Moderno», do padre João Baptista de Castro, qualquer referência a este forte, o que de certo modo nos surpreende. Em trabalhos de autores mais modernos e que trataram da fortificação antiga de Lisboa ou que incluíram nos seus estudos a zona marginal em que se situou o forte do Corpo Santo, também não vimos que este fosse assinalado, o que supomos ser resultante da omissão de Baptista de Castro. Confessamos não ter consultado o Tombo de 1755 por estarmos convencidos de que não contém qualquer alusão ao citado forte, porquanto, se assim não fosse, a sua existência não teria passado despercebida a Mestre Vieira da Silva, sempre tão superiormente minucioso em todos os seus trabalhos, e que dele teria feito, certamente, menção no texto de «As Muralhas da Ribeira de Lisboa» ou, pelo menos, numa das estampas que o ilustram e na qual é reconstituída parte da disposição topográfica de Lisboa referida à época imediatamente anterior ao terramoto. A presumível omissão do Tombo será de atribuir à forma pouco cuidadosa como este foi elaborado ou antes, o que se nos afigura como mais provável, ao facto do forte já não existir em 1755?

Reforça esta segunda possibilidade a circunstância de, tanto na planta de Eugénio dos Santos Carvalho como na de autor desconhecido arquivada no Instituto Geográfico e Cadastral, não vermos reproduzido o forte em questão.

«Baluarte do Espírito Santo», a que Gomes de Brito ⁽²⁾ se refere como tendo sido designação dada ao fortim dos Remolares pelo decreto de 4 de Setembro de 1678, e que atribui ao facto de, na sua proximidade, ter existido uma ermida com aquela invocação, parecemos que deveria ter sido o nome com que primitivamente foi designado o forte do Corpo Santo. E admitimos esta hipótese por duas razões: primeira, por o sítio do Corpo Santo se ter chamado, também, «O Espírito Santo» ⁽³⁾; segunda, por nos parecer excessivamente reduzido, mesmo atendendo às dimensões dos navios da época, o espaço compreendido entre a «praia que está defronte de S. Paulo, junto do armazém da Ribeira da Junta do Comércio» e o fortim dos Remolares. E, ainda, porque se atentarmos bem na extensão de praia que a margem do rio então apresentava, desde a de S. Paulo até ao ponto onde localizámos o forte do Corpo Santo, se verificará que a marinha

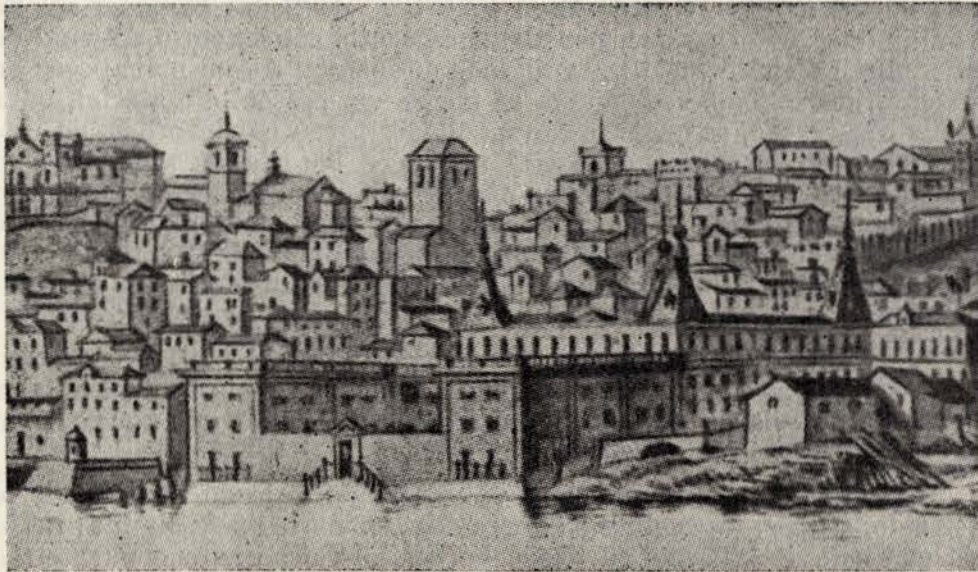
⁽²⁾ Ruas de Lisboa, 2.º vol., pág. 176 e 184.

⁽³⁾ Júlio de Castilho — A Ribeira de Lisboa, 1.ª ed., pág. 465.

compreendida entre aqueles dois pontos deveria constituir, de facto, «paragem cómoda» para os navios «darem monte» — chegarem-se à terra para limpezas e reparações.



O forçamento da barra do Tejo pela esquadra do almirante francês Roussin, em 1831, levou o Governo de D. Miguel — talvez convencido de que os constitucionais viessem a tentar um golpe de mão num ponto cuja vulnerabilidade se manifestara evidente — à decisão de promover o imediato reforço do sistema de fortificações que tinham por missão, umas, impedir o acesso ao rio Tejo, e outras, defender as suas margens. E, assim, foram reparados, guarnecidos e municidados



O PALACIO DOS CORTE-REAIS NOS PRINCÍPIOS DA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XVII

(Viagem de Cosme de Médicis — Da colecção
do saudoso mestre Eng. Augusto Vieira da Silva)
(Foto Ed. Portugal)

os fortes já existentes e levada a efeito a construção de outras obras de defesa. Entre estas últimas é de incluir, além de outras que não vêm para o caso, a bateria do Terreiro do Paço de que resultou, como vamos ver, a bateria de morteiros do Cais do Sodrê (4).

(4) Arquivo Histórico Militar — 3.ª div., 1.ª secção, caixa 34.

Uma ordem, emanada do Paço de Queluz e datada de 27 de Agosto de 1831, determinava ao Tenente General Comandante do Real Corpo de Engenheiros, Manuel de Sousa Ramos, que mandasse apresentar, ao Ministro Secretário de Estado Encarregado dos Negócios da Marinha, um official, do Corpo sob o seu comando, a fim de lhe serem transmitidas as necessárias instruções relativas à construção de uma bateria para 8 peças de calibre 24, a qual deveria ser instalada no Arsenal de Marinha e no terreno a Sul do torreão imediatamente a Nascente do mesmo Arsenal. Quatro dias depois o Tenente General Sousa Ramos informava superiormente ter nomeado para o desempenho daquela missão o Major Fulgêncio Gomes dos Santos Valle e acrescentava não ser possível a construção da bateria no local indicado, por exiguidade do terreno disponível, que só permitia a montagem de uma única peça e não de oito, como se pretendia. Objectava, porém, que no mesmo Terreiro do Paço e no *Cais do Sodré* se poderiam levantar duas baterias que, por flanqueamento, cobrissem o Arsenal de Marinha e onde haveria possibilidade de instalar 10 ou mais bocas de fogo. E, desde logo, requisitava os meios, em pessoal e material, para a sua construção, os quais foram mandados fornecer por ordem de 7 de Setembro do mesmo ano. Assim nasceu a bateria de morteiros do Cais do Sodré, que provado fica não ter sido nem a bateria do fortim dos Remolares nem a do de S. Paulo ⁽⁵⁾, mas sim uma construção nova que, de resto, foi mandada desarmar, como as restantes, em 26 de Julho de 1833 por ordem do Quartel General do Corpo Expedicionário do «Exército Libertador» ⁽⁶⁾.

Um episódio narrado pelo Conde de Lavradio nas suas «Memórias» ⁽⁷⁾ diz-nos que, em 22 de Janeiro de 1832, ainda duravam as obras da bateria do Cais do Sodré e deixa-nos supor que aquela teria sido construída próximo da Ribeira Nova.

Em nenhuma circunstância, a bateria do Cais do Sodré poderia ter sido, sequer, instalada no fortim dos Remolares pela simples razão de que este já não existia desde há muito. Com efeito o quarteirão com frentes para a actual Praça do Duque da Terceira, Avenida 24 de Julho, Travessa e Rua dos Remolares foi precisamente construído, em data anterior a 1785, pela família dos Sodrés ⁽⁸⁾, sobre o terreno onde tinha existido aquela fortificação. Este último facto é amplamente confirmado pelo exame da Estampa 1.^a de «As Muralhas da

⁽⁵⁾ O exame do mapa, organizado pelo tenente-general Luís Inácio Xavier Palmeirim, nada poderia estabelecer de concreto, quanto à localização da bateria de morteiros do Cais do Sodré, por não se tratar de uma carta topográfica ou plano, mas, sim, de uma simples relação ou rol, a que em linguagem militar corresponde correntemente a designação de «mapa».

⁽⁶⁾ Arquivo Histórico Militar — 3.^a div., 1.^a secção, caixa 5, doc. 14.

⁽⁷⁾ Vol. II, pág. 166/167.

⁽⁸⁾ A Ribeira de Lisboa, 2.^a ed. Nota subsidiária n.º 9 por Luís Pastor de Macedo, pág. 253 e 255.

Ribeira de Lisboa», de Mestre Vieira da Silva, e, ainda, pelo das plantas de Milcent (1785) e de Duarte José Fava (1807).

Que o estado do fortim dos Remolares já em 1751 era bastante precário é o que se infere da referência que, nos seguintes termos, lhe faz o já citado códice do «Arquivo de Lisboa» (Conde de Lippe):

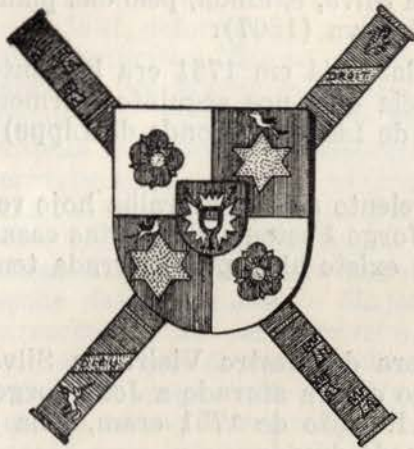
«Ainda sem alguma cura do relento da sua muralha hoje reduzido a cazas em que mora João Jorge Fostener digo estas cazas são no Corpo de Guarda. O Forte existe alg^a. p^o. enterrada tem 2 faces ou flancos».

Da acima referida estampa da obra de Mestre Vieira da Silva consta que, em 1755, o forte em questão estava aforado a João Jorge. Que este e o João Jorge Fostener da Relação de 1751 eram, uma e outra, a mesma pessoa parece-nos fora de dúvida.

O sr. Luís Pastor de Macedo ⁽⁹⁾ dá-nos notícia da existência em 1776 de Maria Madalena Forstner, casada com André Manuel. A semelhança dos dois apelidos — Fostener e Forstner — leva-nos a supor que algum parentesco teria existido entre um e outro dos referidos indivíduos.

Num próximo artigo trataremos, com o pormenor e relevo que merece, do códice do arquivo do Conde de Lippe a que deixamos feitas várias referências.

(9) Ob. citada. Nota subsidiária n.º 12, pág. 270.



Esboço das armas do Conde de Lippe

Desenho de Heinrich Katzenstein

Bandeira do Conde de Lippe
existente em Bueckeberg —
Alemanha



AS ARMAS DO CONDE DE LIPPE

por HEINRICH KATZENSTEIN
da Sociedade Genealógica e Heráldica
HEROLD de Berlim

POR várias vezes tinha tentado encontrar as armas pessoais, exactas, do Conde Reinante FRIEDRICH WILHELM ERNST VON SCHAUMBURG-LIPPE, vulgarmente conhecido em Portugal por Conde de Lippe, mas sempre sem êxito.

Um feliz acaso, levou-me a obtê-las, devendo este achado ao Dr. Otfried Neubecker, ilustre heraldista berlinense, e Secretário da Sociedade Genealógica HEROLD de Berlim, que me enviou várias fotografias do seu arquivo, representando bandeiras existentes em Bückeberg, residência da então Casa Reinante de Schaumburg-Lippe.

Reproduzo essa bandeira, porém, como seja difícil reconhecer nela, nitidamente, todos os pormenores (peças e cores), apresento um esboço das armas, de que ressalta um pormenor muito interessante e, creio, até à data desconhecido em Portugal; particular esse que mais adiante refiro. Limito-me a fazer unicamente a descrição das armas, pois a biografia do Conde de Lippe — e principalmente a da sua estadia em Portugal — é bastante conhecida e tem sido largamente tratada, em especial pelo Rev. P.^o Ernesto Augusto Pereira Sales.

As armas que figuram na bandeira são:

Escudo esquartelado: I e IV, Lippe, de prata, uma rosa de cinco pétalas de vermelho, folhada de verde e abotoada de ouro; II e III, Schwalenberg, de vermelho, uma andorinha de sua cor, pousada sobre uma estrela de seis pontas, de ouro. Sobre o todo, Schaumburg, de vermelho com um escudete cortado de vermelho e prata, assente sobre uma folha de urtiga, de prata, tripartida, guarnecida de três pregos de prata, nos ângulos, apontados ao escudete.

Convirá notar que estas foram as armas usadas pela casa de Schaumburg-Lippe, até 1904 e que, a partir dessa data, foram novamente adoptadas as armas tradicionais.

O escudo, encimado pela coroa de Príncipe, é acompanhado da divisa do Conde de Lippe: «PULCHRUM MORI SUCCURRIT IN EXTREMIS»,

e circundado pelo colar da Águia Negra, com que o Conde foi agraciado pelo Rei da Prússia, Frederico o Grande.

Toda esta composição heráldica assenta sobre dois bastões de marechal, desiguais, passados em aspa, os quais, após minucioso exame, identificamos como sendo representativos da dignidade que usufruía, tanto no exército Anglo-Hannoveriano como no Português.

Ambos os bastões são azuis e, num deles, aparece, em baixo, um cavalo branco, peça das armas do Hannover; porém, como na parte de cima do bastão se vê uma outra peça, que não é um cavalo, mas que tem todas as formas dum leão, deve-se interpretar estas duas peças do seguinte modo: «Um leão de ouro, coroado igualmente de ouro e um unicórne de prata com colar de ouro, peças que seguram as armas do Hannover e Inglaterra; lendo-se pela banda de baixo a palavra DIEU e pela de cima DROIT, palavras fàcilmente reconhecíveis como parte da divisa que acompanha as armas Anglo-Hannoverianas: «DIEU ET MON DROIT».

O outro bastão percebe-se estar ornamentado de castelos, peças das armas de Portugal e, provàvelmente, também nele figurarão as quinas, conquanto não possam ver-se na fotografia que temos presente.

Em face deste documento verifica-se que o grande cabo de guerra alemão não esquecia o acolhimento que lhe fora feito em Portugal e tirava honra de adornar as suas armas, soberanas, com a insígnia de Marechal-General dos Exércitos de Portugal. Por seu lado, Portugal igualmente recorda o Conde de Lippe, reservando-lhe na sua História o lugar a que lhe deram jus os serviços prestados.

ARVORE DE COSTADO DO CONDE DE LIPPE
da qual se verifica que o Conde era primo direito do marido
de D. Leonor de Almeida Portugal, «Alcipe»

		<p><i>Friedrich Christian, Conde de Schaumburg-Lippe</i> 1655 — 1728</p>	<p><i>Philipp I., Conde de Lippe (Zur Lippe) Senhor de Alverdissen e em 1643 de meio conuado de Schaumburg</i> 1601-1681</p>	<p><i>Simon VI Conde de Lippe (Graf Zur L.)</i> 1554-1613 ∞ 1585 com <i>Elisabeth, Condessa de Holstein-Schaumburg</i> 1566-1638</p>
		<p><i>Albert Wolfgang, Conde de Schaumburg-Lippe</i> N. 8 5. 1699 M. 24. 9. 1748</p>	<p>∞ I. 4. 6. 1691 com [o] 1725 ∞ II 1725]</p>	<p>∞ 1644</p> <p><i>Sofie, Condessa de Hessen-Kassel (Landgräfin)</i> 1615-1670</p> <p><i>Moritz o Sabio, Conde de Hessen-Kassel (Laudgraf)</i> 1572-1632 ∞ 1603 com <i>Juliane, Condessa de Nassau-Siegen</i> 1557-1643</p>
		<p><i>Friedrich Wilhelm Ernst, Conde de Schaumburg-Lippe</i> N. 9. 1. 1724 M. 10. 9. 1777</p>	<p>∞ I. 30. 9. 1721 com</p>	<p><i>Heinrich Friedrich, Conde de Hohenlohe Langenburg (Paide 20 filhos)</i> 1625 1699</p> <p><i>Philipp Ernst, Conde de Hohenlohe Langenburg</i> 1585 1629 ∞ 1609 <i>Anna Maria, Condessa de Solms in Sonnewalde</i>-1634</p> <p><i>Wolfgang Georg, Conde de Castell</i> 1610-1668 ∞ 1636 com <i>Sofie Juliana, Condessa de Hohenlohe</i> — 1682</p>
		<p><i>Margaret Gertrud, Condessa de Oeynhausen</i> N. 19. 4. 1698 M. 8. 4. 1726</p>	<p><i>Raban Christoph, 1.º Conde de Oeynhausen do Sacro Romano Império.</i> 1654-1748</p>	<p><i>Rabe Arnd de (Zu) Grevenburg e (von) Oeynhaus</i> 1626-1667</p> <p><i>Hans Christoph de Hardenberg</i> ∞ com <i>Magdalena Agnes de Marenholz</i></p>
		<p><i>Karl August, Conde de Oeynhausen - Grevenburg e do Sacro Romano Império, etc.</i> 1739-1793. ∞ 1779 com D. Leonor de Almeida Portugal, 4.ª Marquesa de Alorna e 6.ª Condessa de Assumar, 1750-1839. Ilustre poetisa, conhecida pelo nome académico de «Alcipe».</p>	<p>∞ 28. 4. 1691 ou 21. 12. 1691 com</p> <p><i>Sofie Juliane Baronesa de Schulinburg [von der Sch.]</i> 1668-1755</p>	<p><i>Elisabeth Anna de Hardenberg</i> 1630 1690</p> <p><i>Matthias, Barão de Schulinburg (Freiherr von des Schulinburg)</i> 1578-1656 ∞ 1609 com <i>Margarethe Schenk de Flechlingen</i> 1571-1636</p> <p><i>Gustav Adolf, Barão de Schulinburg (von der Sch.)—Linha branca</i> — 1691</p> <p>∞ I. 1658 com</p> <p><i>Petronelle Otilie Schwenke (von Friesenburg)</i> 1657-1674</p> <p><i>Johann Schwenken de Friesenburg</i> ∞ com <i>Anna Gertrude de Alten, da casa Wilkenburg.</i></p>

VISTAS DE LISBOA

por ANTÓNIO DE AGUIAR

QUER seja observada com interesse cultural, quer simplesmente com curiosidade, há sempre nos olhos dos Lisboenses e nos dos filhos adoptivos desta linda cidade, pelos menos um lampejo de doce ternura ou de comovido affecto ante uma vista antiga de Lisboa.

É que o amor não se contenta com o conhecimento superficial ou estático do objecto amado; inspira o conhecimento em profundidade.

Feito e sustentando-se da observação dos seus incontáveis panoramas actuais, o nosso amor por Lisboa não fica saciado com a admiração através do espaço e aspira à admiração através do tempo. Por isso, fixados na memória — e quantas vezes no coração — os vários aspectos que a Lisboa de hoje nos oferece, nos enternecemos ao examinar nas suas velhas vistas os que outrora teve e que só através deles podemos conhecer e admirar!

E como o amor ao objecto amado se estende a tudo que o representa ou recorda, o amor por Lisboa faz-nos amar essas velhas e quantas vezes ingénuas vistas, mesmo aquelas que não possuem beleza, arte ou outros predicados que por si só nos inspirem igual sentimento.



Ninguém se surpreenderá por afirmarmos que da iconografia urbana nacional, o sector lisiponense é o mais vasto e o mais rico. As causas de tal vastidão e riqueza são tão evidentes que nos dispensamos de as referir.

Quando há duas boas duzias de anos a experiência nos fez notar este facto, ocorreu-nos a ideia de registar as espécies que nos iam passando pelas mãos. Não nos moveu uma finalidade ou plano preconcebido mas unicamente o desejo de guardar o conhecimento e as impressões que cada uma nos ia dando, na impossibilidade de as guardar a elas mesmo.

Sujeitos, portanto, àquilo que o acaso nos trouxe, coligimos muitos elementos que hoje nos parece terem interesse para o estudo da iconografia de Lisboa.

Este estudo, como é natural, deve basear-se num plano previamente elaborado, expressamente subordinado às condições impostas pelas espécies que abrange e tendo em vista a finalidade geral da iconografia: a análise e apreciação da evolução icónica e suas causas histórico-artísticas perante o tema que nos propomos estudar — que neste caso é a cidade de Lisboa — e a sua destriça da evolução deste.

E por julgarmos indispensável, para essa elaboração, o conhecimento do maior número possível de espécies, supomos prestar alguma ajuda àqueles que por ela se interessam ou venham a interessar oferecendo-lhes alguns elementos que possuímos, pois não é, infelizmente, muito vasta a bibliografia existente, na qual o investigador e o estudioso possam encontrar elementos já agrupados. Além da «História da Gravura», recordamo-nos do catálogo da colecção dispersa do Dr. Carlos Santos, cuja separata obtusamente intitulada: *Bibliografia Iconográfica Olisiponiana* é bastante rara; dos catálogos de algumas exposições organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente as da estátua de D. José I, do aqueduto das águas livres e da gravura de (*sic*) madeira. Muitos elementos valiosos se encontram também nos catálogos das exposições realizadas no Museu de Arte Antiga de artistas estrangeiros que trabalharam para Portugal e do centenário de Lisboa.

Achega modesta, sabemos bem que não vale para esse estudo mais do que para a erecção dum grande monumento pode valer o esforço daquele que arranca uma pá de terra da vala em que pousarão os seus alicerces. Todavia dar-nos-emos por contentes se ela despertar, àqueles que possuem mais do que nós, o desejo de trazerem a público mais achegas que acrescentem, desenvolvam e ampliem esta nossa.

Não se circunscreve esta contribuição a qualquer grupo em que as espécies lisboenses se possam empíricamente dividir, tais como: as de maior valor artístico ou documental; as mais curiosas; as mais raras ou belas; as de determinado monumento ou parte da cidade, etc.

Mas de todos estes grupos algumas aqui ficam registadas: o belo par de estampas por L'Évêque, dos Jerónimos e da Junqueira e suas contrafacções francesas; a vista por Valégio mais rara e tão verdadeira com o Braunio; a monumental vista panorâmica de mais de 2 metros de comprimento, da qual só vimos um exemplar completo (4 folhas), etc., etc., as quais marcam lugares do maior destaque no conjunto das espécies icónicas olisiponenses.

Um limite nos impusémos no início do nosso registo: referir sò-

mente as espécies estampadas ou impressas, executadas por processos manuais indirectos. Muito lastimamos só tarde ter alterado este limite, pois encontramos hoje impossibilitados de dar notícia de outras mais raras e de mais difícil alcance a qualquer inventariador, tais como pinturas a óleo, a aguarela e outras, desenhos, baixos-relevos, azulejos, esmaltes, etc. — espécies de execução manual directa feitas em um só exemplar e por isso pouco conhecidas, só aparecendo fugazmente à admiração do público em qualquer exposição ou na sua passagem duma colecção para outra.

Iniciámos o nosso registo numa época em que o interesse artístico e o de antiguidade que se dedicavam às estampas (e a outros objectos de arte) se sobrepunham ao interesse documental. Seguindo as directrizes dos coleccionadores de então, excluimos do nosso registo as espécies gravadas em madeira como este género de gravura que se executou no século XIX, apesar de estarem abrangidas no nosso limite.

Estas estampas não gozavam então do apreço e estima dos coleccionadores porque antes de tudo eles preferiam a beleza e, como é óbvio, uma gravura tipográfica possui-a em muito menor grau que uma gravura a talho doce ou água forte e até mesmo que uma litografia.

Além disso, no caso particular de iconografia olisiponense, essas espécies foram executadas, na maior parte, para ilustrar publicações de carácter divulgativo, mais se preocupando os seus autores ao abri-las, em serem fiéis, do que em evidenciar toda a beleza de que o processo é capaz.

Estas razões de repúdio, de ordem estética, aumentavam com as razões de ordem prática: a impossibilidade de obter duma grande quantidade de espécies provas desacompanhadas do texto tipográfico com que foram impressas, pelo que o incluí-las numa colecção equivalia a juntar farrapos de papel ... em geral ordinário.

Ainda hoje, apesar de o coleccionar esteta ter evoluído para coleccionador culto, se não desvaneceu esta repulsa, embora já se reconheça que o valor documental das estampas abertas em madeira no século XIX as coloca em nível igual ao das artísticas estampas anteriores.

Fundados na impressão geral que a experiência nos deu, e não em averiguação a que tenhamos procedido, cremos não andar longe da verdade avaliando por centenas as espécies icónicas olisiponenses executadas em madeira no século XIX. E se notarmos a preocupação de fidelidade de representação que dum modo geral os seus autores se impunham, esqueceremos a rudeza que nelas impera, e daremos a este sector iconográfico, sem favor, a estima e apreço que merece.

Processo desembaraçado e relativamente barato, e permitindo a economia da impressão simultânea com o texto, a sua generalização,

dada pelos expedientes que então foram postos em uso, veio facilitar extraordinariamente a illustração dos livros. Publicações de carácter popular, jornais e revistas passaram a ser muito mais illustradas.

Com a abundância veio, naturalmente, um abaixamento no nível da qualidade, não só no que respeita ao valor artístico como também no que respeita à grandeza ou elevação do assunto. Enquanto que os artistas que trabalharam em chapa de metal e até mesmo na pedra litográfica preferiram para assunto das suas obras a imponência do panorama geral da cidade, o pitoresco de certos panoramas parciais, a grandeza do Aqueduto, a majestade da Torre de Belém, a nobreza do Terreiro do Paço, etc., — os que gravaram em madeira não desprezaram assuntos menos elevados, como recantos modestos, ruas secundárias, acontecimentos de importância local, etc. Nisto reside também o grande valor documental das gravuras em madeira.



Grande prazer desfruta o colleccionador principiante ao agrupar a meia dúzia de obras de arte que lhe suscitou a ideia de organizar uma colecção. Expostas e dispostas com cuidado e requintes, deleita-se a examiná-las. Mas a insistência neste exame e admiração a breve trecho lhe sugere uma alteração à disposição inicial, que obedeceu simplesmente a razões de ordem estética. Sugere-lhe a necessidade da colocação por ordem de representação.

É que embora duas determinadas espécies se equilibrem no seu aspecto geral — volume, intensidade de colorido, tamanho, etc. — os seus assuntos chocam-se. Preferiria abranger no mesmo golpe de vista duas cujos assuntos se relacionem, a ter de desviar o olhar para procurar uma terceira relacionada com uma das anteriores.

Ante um pequeno número de espécies não lhe será difícil encontrar a solução que harmonize estas duas ordens: a estética e a de representação. E enquanto a procura, a acha e executa, vai aumentando o seu deleite e com ele a ânsia de acrescentar a colecção.

Uma nova espécie vem, porém, criar outro problema: sendo do século XVI colide com outra do século XIX. Resolvido este, em breve outro se lhe depara: uma de tipo popular macula outra de tipo erudito. E já antes lhe teria surgido o problema do equilíbrio dos objectos de Arte quanto aos processos artísticos por que foram executados, pois uma pintura a óleo não emparelha com uma aguarela ou esta com uma escultura, embora se harmonizem e atraiam pelo que representam pela idade, etc.

Chegada a colecção à centena já o colleccionador desistiu da solução prática desses e de muitos outros problemas que constantemente

lhe surgiram e encontra-se perplexo, atribuindo-os, em geral, à falta de espaço. Limita-se então a resolvê-los em pensamento porque já tem fixas na memória todas as espécies, suas características e valores e as conhece como as suas mãos. E se nada, na vida, ainda lho não tinham revelado, assim vem a verificar que a perfeição é um limite — que nunca se atinge por mais que dele nos aproximemos!

Mas, na verdade, nessa altura já não é a resolução de problemas desta ordem que o preocupa, mas a de outros, de outro nível, para onde o elevou o conhecimento já adquirido: problemas artísticos, históricos, técnicos, etc., tanto de âmbito geral como particular.

Nem sempre o coleccionador se apercebe que a multiplicidade dos problemas que lhe surgem não é só proveniente das exigências das obras de Arte mas também das suas próprias, pois que ele evoluiu e passou a ver nelas aquilo que ao começo nem suspeitava que lhe mostrariam.

Tudo isto sucede por esta ou outra ordem no caso particular de uma colecção iconográfica lisiponense que neste lugar encaramos.



Consideramos espécies iconográficas lisiponenses todos os objectos de Arte, ou pelo menos de execução manual, que se refiram a Lisboa: desde a aguarela que fixou a sua esplendorosa luz ao baixo-relevo representando um dos seus monumentos; desde a pintura que nos mostra um acto histórico nela ocorrido à escultura que nos revela a indumentária de uma das suas figuras populares; desde as elucidativas vistas distendidas à da Crónica de Nuremberga, embora esta só diga alguma coisa acerca da expansão da fama de Lisboa no Mundo do século XV.

Produtos das mais variadas actividades artísticas do homem, das mais diversas formas, tamanhos e materiais, temos que ter em consideração, ao encarar o seu conjunto, que nele ocupam um lugar destacado, pela elevada quantidade e valor documental, as espécies «planas», ou sejam as executadas por desenho, pintura e artes gráficas nas suas várias modalidades, e outras artes menores e aplicadas.

O grande número destas espécies tem exigências que se não podem desprezar, começando por impor a fundação de uma iconoteca, que evitará todos os problemas atrás apontados que assoberbam o coleccionador e que não poderão evitar-se se se enveredar pelo caminho da exposição permanente com carácter de museu, ao planear-se a organização.

Esta, além de todos os inconvenientes apontados, exigiria uma superfície de exposição que antecipadamente se não pode calcular quanto mais não seja pela circunstância de, a todo o momento, surgirem novas espécies.

Com uma iconoteca todos os problemas com que tropeçou o colecionador estão resolvidos logo de início, pois permite uma arrumação conveniente e prática em que todas as espécies existentes e as que venham a existir terão antecipadamente o seu lugar marcado, e uma ordenação integral, pelo que não só pode satisfazer as necessidades e exigências limitadas de um curioso como as mais vastas e complexas dos estudiosos, proporcionando a todos rápida observação, consulta e exame das espécies ou de núcleos delas subordinadas a temas que aqueles queiram conhecer e estes estudar.

Uma iconoteca permite a execução das operações de ARRUMACÃO e ORDENAÇÃO independentemente uma da outra. Da confusão e mistura destas duas operações é que resultam todos os problemas com que se debate o colecionador.

A ARRUMACÃO só tem a considerar as características físicas ou materiais das espécies. A ORDENAÇÃO considera todas as outras propriedades desde as artísticas às de representação, às históricas, às documentais, às cronológicas, etc.

Ambas estas operações contam antecipadamente com um crescimento ilimitado.

Numa iconoteca é possível e fácil agrupar as espécies de modo criterioso e integral nos quatro grandes grupos seguintes que reconhecemos para a divisão da iconografia lisiponense, e nas suas divisões e subdivisões:

iconografia panorâmica,
iconografia monumental,
iconografia histórica e
iconografia dos usos e costumes.

Ao contrário de uma instalação custosa pela grandeza e luxo necessários que a exposição permanente destas espécies exigiria, a uma iconoteca basta um arquivo, uma sala de exposições e uma biblioteca privativa. E enquanto que no primeiro caso teríamos um organismo estático como um panteão, no segundo as suas possibilidades de crescimento, expansão e aperfeiçoamento constantes, aliadas às facilidades de manejo, agrupamento, exposição e estudo dar-nos-iam um organismo dinâmico e com vida.



Não pequenas dificuldades encontramos agora ao querer uniformizar os elementos recolhidos no decorrer de tantos anos. O nosso critério de anotação e registo sofreu, naturalmente, durante tanto tempo, sucessivas modificações, não podendo, portanto, registar agora as espécies sob todas as rubricas e com o necessário desenvolvimento, que

julgamos ser necessário para boa descrição e conveniente anotação de todas as suas características e propriedades.

Na impossibilidade de examinarmos agora todas essas espécies resta-nos proferir o velho aforismo: *si jeunesse savait, si vieillesse pouvait...* ao oferecer o que temos!

Não cabem no âmbito desta achega os índices com que agruparíamos estas espécies nas várias divisões iconográficas que referimos. Limitamo-nos, por isso, à sua arrumação pela única propriedade física que está ao nosso alcance: o processo de execução.

GRAVURAS

1

VISTA geral tirada do rio. Tem 71 rubricas de referências dispostas em 7 colunas.

Insc. — LISSABON (na parte inf. da mancha, ao meio, dentro duma cartela de estilo).

Subs. — *Gezeichnet und Gestochen, von Friederich Schoemann in Humb. 1756* (na marg. inf. à dir.).

Dim. — 1195×425 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

2

VISTA geral tirada do rio onde navegam vários barcos a remos e à vela.

Tem uma coluna de referências alfabetadas de *A* a *R*, num rectângulo dentro da mancha, no canto inf. dir., com o título: *Explication des lettres de la presente figure.*

Espalhadas pela mancha e junto aos vários edificios tem várias indicações, tais como: *L'Arcenal, La maison des Indes, Le grand Quay Royal, etc.*

Insc. — PROFIL DE LA FAMEVSE VILLE ET PORT DE MER DE LISBONNE CAPPI-TALLE DV ROYAVME DE PORTUGAL (na parte sup. da mancha, a todo o comprimento).

Dim. — 735×277 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

3

VISTA geral tirada do rio tendo no 1.º plano à dir. 2 figuras alegóricas: uma com asas e outra sobraçando uma âncora. No canto sup. esq. da man. tem um escudo com uma nau.

Insc. — LISSABONA IN PORTUGAL (na parte sup. da mancha, ao meio).
 COMMITTE DEO, SPERA, ET ILLE FACIET (na marg. sup., ao meio).
 TU COMMITTE VIAS JHOVOE, ET FPE NOTERE IN ILLO (na marg. inf.,

à esq.). OMNIA PERFICIET PROVIDUS IPSE BENE (na marg. inf., à dir.).

Tem mais duas inscrições em alemão, uma à dir. e outra à esq., de 2 linhas cada uma e ambas por baixo das inscrições latinas antecedentes.

Dim. — 146×97 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

Esta vista pertence a uma colectânea alemã do século XVII que contém também uma vista de Coimbra e outra de Buarcos.

4

VISTA tirada do rio. Na parte sup. da man. tem um brasão de armas com as quinas, à esq., e um outro com uma nau, à dir. Tem 34 rubricas de referências dispostas em 4 colunas, dentro duma cartela rectangular de estilo.

Insc. — OLISSIPO — LISABONA (na parte sup. da man. dentro duma filactera).

Dim. — 508×400 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

5

ESTA espécie tem 2 manchas: a de cima representa a vista panorâmica de Lisboa tirada do rio e a de baixo a vista da margem dir. do Tejo a partir de Belém e o seu prolongamento pela costa até Cascais.

A man. de cima tem na parte sup. à esq. um brasão de armas.

Insc. — LISABONA (na parte sup. da man. de cima, ao meio). CASCALE-LUSITANIAE OPP. (na parte sup. da man. de baixo, à esq.). BETHLEEM (idem, idem, à dir.). *Olisipo, sive ut pervet Lapidvm Inscriptiones habent, Vlysippo vulgo Lisbona florentis simvm Portugalliae Emporiv.* (na parte inf. da man. da estampa de cima, à dir. dentro duma cartela).

Dim. — 486×349 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

Esta vista ocorre na obra de G. Braun intitulada, na edição latina de Colónia: CIVITATES ORBIS TERRARUM e na edição francesa de Bruxelas: LE GRAND THÉÂTRE DES DIFFERENTES CITÉS DU MONDE, em 5 vols. de 304 páginas duplas com vistas das principais cidades e portos. O 1.º vol. saiu em 1572 e os outros em 1593 e 1594, anos em que se reimprimiu o primeiro. Um sexto vol. saiu em 1613 com o qual aumentou para 363 o número de vistas.

As gravuras são de Franz Hogenberg e Simon von den Noevel (Novellanus). Georg Hoefnagel e Conrad Chaymon deram as plantas.

(Continua)

A BAIXA POMBALINA EM FESTA

A RUA DA PRATA e a RUA DOS FANQUEIROS

As melhorias a que o Município procedeu em duas das grandes artérias da Baixa Pombalina — a Rua da Prata e a Rua dos Fanqueiros — deram azo a que o comércio destes movimentados arruamentos, beneficiado com a obra camarária, lhe quisesse demonstrar a sua natural satisfação, promovendo, sobre a festa inaugural, em que os édis compareceram, uma série de outras que chamaram a atenção do público, não só para esses melhoramentos na pavimentação e na iluminação, como também para o novo alinhamento e para os novos aspectos modernizados dos seus estabelecimentos. A colaboração do nosso Grupo, pedida e dada gostosamente, evidenciou-se em duas conferências públicas ao ar livre, uma proferida pelo seu Vice-Presidente, Gustavo de Matos Sequeira, no adro de São Nicolau, subordinada ao título «A História da Rua da Prata continua», na noite de 8 de Outubro e outra do nosso consócio Norberto de Araújo, no Largo dos Torneiros, com o título de «A Rua dos Fanqueiros», na noite de 31 do mesmo mês.

Para que fiquem arquivadas, e, ao mesmo tempo, satisfazendo a numerosos pedidos feitos, Olisipo insere os dois trabalhos neste número. E fala-se já, no projecto de outra comemoração semelhante, em outra rua que é ainda, como foi desde o século XVI, uma das primeiras da Capital.

A RUA DA PRATA

por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

A História não se acaba. Paramos para observar ou para comentar o que se passou, e ao retomar o caminho apenas a acrescentámos. Assim como cada momento marca uma etapa na nossa biografia (se lhe damos um acontecimento) assim se assinala um momento de estudo na vida de uma rua, quando ela oferece um espectáculo ou muda de fisionomia.

Foi o que sucedeu agora. Rejuvenesceu-se a velha Rua da Prata. Alisou as rugas dos anos, fez a sua «maquillage» segundo os ditames

da Moda e procurou emparceirar-se com as novas artérias desta grande cidade.

Em vez dos velhos colchetes que lhe apertavam a suntuária urbana, rescendentes ainda à alfazema dos nossos avós, buscou o moderno fecho «éclair» que lhe ajusta com maior elegância, o traje da hora que passa.

Este ar de mocidade, tomado por uma rua, fica sempre bem. A questão está em não exagerar os arrebiques. Mais feliz do que os indivíduos, os corredores de trânsito de uma capital não se ridicularizam quando se remoçam. Vão-lhes bem os adornos de bom gosto, ao contrário do que muitas vezes sucede com os homens e com as mulheres. E ninguém sorri, nem lhes perde o respeito. A nobreza tradicional mantém-se; as séries das suas avós (quando as têm ilustres, como esta artéria lisboeta, e que também se souberam compor ao gosto da sua época, procurando novas feições) foi assim que encontraram uma continuidade de vida.

Como sorriria a velha Rua da Ourivesaria, se pudesse adivinhar esta transformação? Que pasmo não faria a Rua dos Ourives da Prata, na Lisboa manuelina, se lograsse ver esta sua neta de 1951? Como rejubilaria a seiscentista Rua Nova da Prata, depois de vaidosamente se ver mais larga, dando passagem aos coches dos grandes senhores, perante a loucura do movimento de agora? E a Rua Bela da Rainha? Ao ver as «étalages» de hoje, a diversidade dos comércios, ela que só fora destinada para prateiros e livreiros, deveria olhar, com as pupilas pombalinas esgaseadas, as fachadas ornamentadas de letras como lombadas de livros, e o pavimento polido como salva de prata...

À nossa inteligência repugna a ideia de que o Tempo possa parar... Criámos a concepção, e é ela agora quem nos domina e guia. E por isso ele continuando o caminho, há-de trazer-lhe outras mudanças e conquistar-lhe outras feições. E a História continua. Mal iria se parasse. Mesmo que qualquer fatalidade a apagasse na topografia da cidade, como uma borracha apaga um traço de lápis, a sua memória continuaria.

As ruas vivem como corpos urbanos, menos da sua estrutura material do que da sua alma (a alma encantadora das ruas — no dizer do poeta), menos da sua imponência de traçado e de prospectos architectónicos, da sua iluminação, dos seus pavimentos, da sua perspectiva, do que do espírito que lhe imiscuem os seus moradores e o seu comércio. Os melhoramentos materiais consome-os o Tempo, substituem-se, esquecem. O que fica na memória dos homens, e perpetua, e enobrece, a sua crónica, é o latejamento, que se transmite de geração a geração, dos acontecimentos de que ela foi teatro e a interpretação dos que nela moraram deram à vida de cada época.

A primitiva Rua dos Ourives da Prata descendia em linha torta (porque nada tinha de direita) da medieval Rua da Ourivesaria, onde os artífices da prata e do ouro viviam em comum. Foi no reinado do Rei Venturoso, em plena Lisboa manuelina, que o estreito arruamento foi destinado, por providência real, para moradia exclusiva dos prateiros. E quando, mais tarde, os calciteiros (que não eram os calçadores de pavimentos, mas os fabricantes de calças, a que hoje chamamos meias) quiseram arruar-se no extremo sul da rua, foram coagidos pelo Senado da Câmara a abandonar esse poiso. A rua era só para os ourives da prata. E os juizes dos mesteres não gostavam de misturas nem de confusões. Nesse tempo não havia ainda liberdade para cada tenda se abrir onde apetecesse aos artífices ou aos mercadores. Convinha que cada mester se agrupasse para melhor fiscalização dos juizes e visitantes.

Quando, no princípio do Século XVIII, os prateiros pediram para que se lhes assinalasse outro poiso, por já não caberem na rua, foi ainda o Senado quem teve de intervir, de acordo com a Casa dos Vinte e Quatro. E mandou-os arruar desde o canto da Rua Nova dos Ferros até às Pedras Negras, na continuação da velha Ourivesaria.

Esta serventia, até o terremoto de 1755, cortava-se do fim da Rua da Fancaria até o Pelourinho Velho, obliquando para o poente, como quem diz, com referências actuais, da igreja da Madalena até o topo nascente da Rua do Comércio. Era tão desigual, e tão estreita nalguns pontos, que se lhe puseram marcos de pedra nas entradas. Era para as bestas de carga não poderem passar. Os alforjes roçavam pelas fachadas das tendas.

Os problemas de trânsito, que já então se esboçavam, acabaram por se impor ao edis, com a vinda dos coches e dos carroções no final do Século XVI. A Ourivesaria da Prata era um corredor incapaz de deixar passar as carruagens filipinas. Já se tinha alargado a Rua Nova do Almada, onde eram constantes os empachamentos e os conflitos de trânsito, e o Senado, em 1676, meteu ombros à empresa do seu alargamento. Foi uma tarefa de costa acima. Era preciso demolirem-se 26 moradas de casas, e isso importava em muitos mil cruzados. Um ano depois ainda a obra não começara. Os edis faziam cálculos que os aterravam. Finalmente, em 1679 ou 80, a obra acabou-se. Quando nasceu o Sr. D. João V, já os coches puxados por frisões, chocalhando as suas ferragens ricas, a podiam percorrer.

E assim durou até 1755. Num dia acabou tudo. O terremoto desapareceu-lhe as casas, o incêndio que se seguiu reduziu-as a ruínas negras e fumegantes. E das tendas destroçadas, pouco ou nada se salvou.

Veio depois o plano pombalino, ventilaram-se ideias, os engenheiros-arquitectos de Pombal, curvados sobre os mapas tracejados de arruamentos em projecto (Manuel da Maia à frente, Mardel e Eugénio dos Santos a secundá-lo) acabaram por ver aceito e aprovado o pensamento do Primeiro Ministro. Todo o vale entre a Padaria e a Rua Nova do Almada seria arrasado, nivelado o terreno, desde o Terreiro do Paço ao Rossio, e estas duas praças totalmente transformadas. Uma grelha de arruamentos largos e direitos, passaria a ocupar o espaço de relevo desigual onde se entrecruzavam, como agora em Alfama, ruas, travessas e becos numa teia confusa de esquinas, reintrâncias e ressaltos. Os séculos passados tinham edificado em inteira liberdade, cada construtor procurando o cómodo próprio sem se importar com o alheio. Chegara a ocasião de se pôr lei, ordem e método nas construções, e simetria e estilo na arquitectura. Manuel da Maia fora a Inglaterra e a Itália, e de lá trouxera experiência e ensinamentos.

Entre as ruas que o decreto de 5 de Novembro de 1760, marcou na topografia do vale, onde surgiu a Baixa, estava a Rua Bela da Rainha. Titulara-se assim em homenagem à soberana. Mas o espírito do arruamento dos mesteres não fora abandonado. Mandaram-se arruar nela os prateiros e, se houvesse lugar, os livreiros; e o povo, sempre simplista e tradicionalista, insistiu na denominação antiga, e a nova rua, que já se chamara Rua Nova da Prata, depois das obras do Século XVII, ficou a ser Rua da Prata. A Câmara não teve remédio, mais tarde, senão oficializar-lhe este nome. A tradição na boca do povo, pôde mais que os decretos... nas mãos dos governantes.

Em perto de duzentos anos, esta que foi Rua Bela da Rainha, sofreu como todas as suas companheiras do plano de Pombal, as mais imprevistas e variadas modificações. O gosto de cada quarto de século reflectiu-se nos seus prospectos de arquitectura, nas fachadas e mostruários dos seus estabelecimentos; as necessidades da vida puseram-na em contacto com o progresso, cada vez num ritmo mais apressado. Viu, depois dos coches, das seges e das traquitanas, os «coupés», os caleches e os «landaus», a seguir aos «Omnibus», os «Riperts» e os «americanos», depois destes os eléctricos e os automóveis, iluminou-se a azeite, a petróleo e a gás, condecorada com lanternas, lampeões e candeeiros, e festejou a novidade com o entusiasmo com que, mais tarde, viu surgir os bicos de incandescência e a luz eléctrica. A pouco e pouco foi alindando as suas montras, modernizaram-se várias vezes os escaparates e os mostruários, os balcões e as vitrinas, compondo melhor a sua feição de grande rua comercial.

Foram-se-lhe embora com o tempo, os prateiros, porque o Comércio, acabada a orgânica da Casa dos Vinte e Quatro, dispersou-se e misturou-se. Não foi tanto como em Nápoles, por exemplo, onde ao pé de um joalheiro se vê uma carvoaria, e se abre um talho junto de uma loja de modas; mas é o suficiente — embora alguns ourives de

prata, ainda honrem a rua — para que ela perdesse a razão do seu nome. Há, porém, outra razão que o justifica. É que esta rua pretendendo conservar o nome das suas antepassadas, continua a lustrar-se e a polir-se como se realmente fosse obra de prata.

Percorrendo-a de alto a baixo, mirando-a de lado a lado — Bancos, grandes companhias comerciais, estabelecimentos de primeira fila — o alfacinha sente-lhe a importância e reconhece-lhe a categoria.

Dos seus primórdios de rua pombalina, admiravelmente perspectivada (em Lisboa só na Baixa é que há perspectivas e monumentalidade) pouco mais resta do que o predomínio da arquitectura turinense nacionalizada por Manuel da Maia. As modificações das fachadas, feitas no correr dos anos, ainda não conseguiram escondê-la. Nem o Banco de Angola, com o seu revestimento de lances, nem um ou outro imóvel alterado na expressão setecentista, pôde ainda tirar-lhe essa feição. Ligeiros e saborosos pormenores (uma tabela de pedraria marcando em lindos caracteres a sua certidão de idade, um registo de azulejos de figuras decorando um átrio de escadaria) vivem ainda medrosamente, o mais escondidos que podem. E não há mais coisa alguma do que coisas acabadas, como a figura, bem marcada, do ilustre alfacinha que foi Rosa Araújo, grande credor da capital, ou a ermida da Assunção, onde estava a imagem de Santo Elói, patrono dos prateiros. Hoje está aqui no Museu de S. Nicolau. A ermida estava ali onde é hoje a Casa Photomaton, e, no primeiro andar, a alfaiataria Sousa de Almeida.

E se a rua falasse! Se as ruas tivessem voz e fossem palmeiras, muito nos podiam contar! O terreno onde o seu leito corre, desde a Praça da Figueira ao Terreiro do Paço, fica alguns palmos acima dos primitivos pavimentos. Os entulhos das demolições, feitas à bala e à picareta, nivelaram as corcovas do solo; mas faça-se um rápido passeio de evocação.

Sobre o pavimento liso não custa a andar. Os primeiros passos a dar, vindo da Betesga, soam sobre um antigo beco, ao lado do Pocinho de Entre as Hortas, nomeado por uma velha estalagem. Fizeram-se em poeira as lembranças desse hotel quinhentista. A via de mais trânsito que caminhava para o sul, era a da Praça da Palha. Vinha da boca dos Correeiros encontrar-se com as arcarias pitorescas e indisciplinadas da Rua das Arcas, artéria de grande tom em Lisboa, onde enxameavam os caixeiros que as faziam; e as duas artérias delgadas, traziam o sangue-povo até aqui ao adro de S. Nicolau. A Rua da Palha, estava tanto no ouvido popular que a serventia pombalina dos Correeiros, teve de tomar-lhe o nome. Ainda hoje lhe chamam a Travessa da Palha. As duas ruas sequentes atravessavam, obliquando, a da Prata. À esquerda iam ter com elas, o Beco do Tarouca, o do Nicola (que foi um famoso fabricante de velas de sebo), o das Moças

e o do Cura Olhos; à direita, os Becos da Comédia, do Pato e do Mesas.

Ali acima, onde agora se vêem as fachadas da Drogaria Centeno & Neves e da Lisboa-Chic, parte no leito da rua, parte no interior do quarteirão, esteve durante mais de cem anos o famoso Pátio das Arcas, o único grande teatro de Lisboa. O público não adivinha, quando ali passa, que está pisando o local mais divertido da velha cidade, onde se representaram as obras de maior tomo dos poetas dramáticos dos Séculos XVI e XVIII e onde encantaram os alfacinhas as mais lindas e talentosas cómicas dos corros de Madrid e de Sevilha.

No Beco da Comédia, pelo pátio nomeado, ficava a mais pitoresca e bulhenta estalagem da Corte de Portugal, onde, habitualmente pou-savam as cómicas vindas de Castela. O pátio ardeu em 1697, reconstruiu-se e funcionou ainda até 1749. Foram cento e sessenta anos de comédias, de algazarras, de duelos, de romances amorosos. Os eléctricos e os automóveis, passam a correr, e não dão por coisa alguma. Dias virão em que também não se lembrem deles. As ingratidões são de todos os tempos.



Esta igreja de S. Nicolau, fala-nos só do Século XVII. O antigo templo dos Afonsinhos, foi profundamente alterado em longas obras que duraram mais de trinta anos, de 1627 a 1650. O terremoto deitou-o abaixo, e a igreja de agora, que levou ainda mais tempo a edificar, só se acabou no meado do século passado. Foi uma igreja da Moda. — por que em religião também há modas — como o foi o Loreto. S. Domingos e os Mártires, levaram-lhe a palma. E não devia ser assim, porque aqui, muito perto dela, havia a ermida de Nossa Senhora da Palma.

Continuando a descer, passado o cruzamento desta Rua da Vitória, vamos caminhando sobre a velhíssima Judiaria Grande. Para chegar lá abaixo, à Rua do Comércio, há que passar sobre a memória de tortuosas e escusas ruas da Comuna dos Judeus, que o foi até o final do Século XV. E temos de pisar a Rua do Calçado Velho, o Beco da Bofetada (que foi de D. Rolim), a Rua do Chancudo, a dos Mercadores (que fora do Picoto), o Pátio da Esnoga das Judias, a Rua do Lava-Cabeças, vizinha do Mata-Porcos. Passada a igreja da Conceição dos Freires de Cristo, mesmo no leito da nossa Rua da Prata, que era a antiga Sinagoga da Comuna, purificada depois de 1498, íamos dar ao Arco dos Barretes (onde se vendiam barretes) aberto na velha muralha de D. Dinis, e atravessada a Confeitaria, iríamos topar com o Arco do Açogue ou Porta da Rua, aberta na cerca fernandina. Só então chegaríamos ao Terreiro do Paço. Hoje faz-se este passeio num instante — se os sinaleiros nos ajudarem. No século XVI um

provinciano que chegasse à Capital, para vir do Rossio ao Paço, tinha de tomar piloto. A rede dos becos era de assustar.

Ao fazer-se a travessia da Rua dos Retrozeiros, pelo passeio do Ocidente, se algum dos ouvintes fosse comigo, pedir-lhe-ia que parasse um momento. Dizem — não que eu o afirme — que são ali umas antigas Termas Romanas consagradas a Esculápio. Conjectura ou Verdade, é esta uma das grandes curiosidades da Rua da Prata. Já lá descí uma vez. Percorri os corredores abobadados, alguns de escassíssima altura, no solo dos quais a água borbulha. Em frente da muito antiga Casa Viana, no passeio, está a entrada das supostas Termas, onde não me apercebi de qualquer sinal de construção romana. As «Conservas da Água», como lhe chamaram os primeiros descobridores (depois disso já outras vezes foram descobertas), são realmente Conservas de Água. E se houve ali Termas Romanas, foram destruídas há muitos séculos. No quinhentismo, eram aí «as Lameiras», e a rua de Mata-Porcos que atravessava o sítio das Nascentes, era, no dizer de Soropita, a rua mais lamacenta de Lisboa. Pudera! A água reben-tava quase à flor do solo. Era desses olhos de água que vinha e vem ainda a linfa que abastece os muitos poços que há por ali.

Tudo isso, o rumoroso e agitado Pátio das Comédias, a ingresia do gentio em volta do Poço da Foteia e da Fonte da Frol, o *brouhaha* dos Judeus na Sinagoga grande, os gritos dos apregoadores de rua, o ranger bulhento das rodas, o tenir dos ferros dos espadachins, apenas deixou ecos imperceptíveis na memória de alguns cavouqueiros de ruínas. Tudo morreu. A vida faz-se desta sucessão de mortes. E os claxons, as buzinas, as campainhas, ruídos tão diferentes, é que marcam agora como Jazz Band desconcertante, o momento acelerado que se vive. O que caracteriza e denuncia a vida de uma cidade, é a sua respiração estrepitosa. Saber ouvi-la é começar a entendê-la.

O nobre arruamento pombalino, agora em festa, celebra o princípio de uma nova etapa na sua existência. Não sei se os Prateiros, quando o Senado a alargou em 1680, consertaram melhor as tablihas e os escarapates, com as mais luzidas pratas de mesa e de altar, a toldaram de panos de cor e revestiram os bancais das tendas de tapeçarias de pompa, como se usava de fazer à passagem dos cortejos e das procissões. Os oficiais desse mister de alta categoria na mercancia de Lisboa, eram bizarros e generosos, e sempre associaram o seu lustroso ofício às grandes festas cidadãs. O Arco, que eles armaram, à entrada da sua rua, quando da visita do monarca felipino em 1619, representando a árvore dos reis portugueses, figurada em lâmina de prata, como o outro arco triunfal, erguido à boca do Pelourinho Velho, em 1687, para festejar a entrada pública da Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neubourg, deram que falar e pasmaram os lisboetas. E já depois de aqui arruados, em 1693, na rua que lhes fora entregue, ainda

souberam associar-se às festas do Nascimento da Princesa da Beira, colgando de panos ricos e enchendo de luzes a fachada da sua Ermida de N.^a S.^a da Assunção.

Houve outras festas ainda na Rua da Prata — iluminações, arcos ornamentais, cordas de bandeiras, areia e espadanas na calçada — ela gostou sempre de emparceirar com as suas camaradas que vão do Terreiro do Paço ao Rossio —, mas nenhuma como a de agora. Então festejava acontecimentos alheios. Hoje está festejando o seu próprio acontecimento. Atapetaram-lhe de novo o pavimento, iluminaram-na melhor, remoçaram-lhe a fisionomia; e ela, com justificado contentamento, quer mostrar-se como cartaz do momento, e fazer promessa de outros empreendimentos. Ninguém poderá futurar o que ela possa vir a ser na cidade de amanhã. A aceleração da Vida é cada vez maior. Quem sabe lá que surpresas, que imprevistos, que coisas raras e novas estarão para lhe acontecer e para nos pasmar! Sobre o portão de uma grande fábrica de uma cidade americana, entrada e saída dos operários, que o lerão com orgulho, está escrita esta legenda: «O impossível é apenas o que demora mais». Quem sabe quantos impossíveis de hoje não serão possíveis amanhã, tal qual os impossíveis de ontem já são as realidades de agora!

E a antiga Rua Bela da Rainha, solar lisboeta dos Prateiros e hoje de tão variados comércios, bem integrada na hora que passa e na corrente veloz que tudo arrasta, não está resolvida a dormir sobre os louros com que a enramaram neste Outono de 1951. A trepidação do progresso não a deixará adormecer, o Tempo teimará na sua carreira fatal, e o seu futuro há-de ser o que ele quiser e como ele quiser.

A História da Rua da Prata continua.



A RUA DOS FANQUEIROS

por NORBERTO DE ARAÚJO

DAS grandes verticais que descem do Rossio e da área da Praça da Figueira para Sul — espécie de «ramblas» ou «cursos» geométricos que nenhuma outra cidade possui, quer em Portugal, quer na Europa — esta Rua dos Fanqueiros é a mais apegada a si mesmo. Não será a mais bela. Mas é seguramente a mais pitoresca.

Aqueles que têm aqui as suas casas comerciais chega a ser afronta que lhes venham falar da sua rua, que eles conhecem, estremecem, amam pelo trabalho e vivem pelo coração.

É como a gente entrar num lar e dizer aos locatários desse lar como ele se fez, como se construiu de grinaldas, como se tornou um sagrado solar de família.

De resto nunca fiz estudos especiais sobre a Rua dos Fanqueiros, como, por exemplo, os fez o meu dilecto amigo e olisiponense ilustre que é o Sr. Luís Pastor de Macedo, filho de um nobilíssimo fanqueirista, embora da Madalena, homem que foi protótipo da honradez comercial da Rua dos Fanqueiros. Limito-me a evocar, a lembrar cousas geralmente sabidas, acerca desta rua, que foi da «Princesa», e onde nunca, à noite, arengou — que o saibamos — qualquer valdevinos da história ou da crónica lisboeta.



A velha Rua dos Fanqueiros é velha apenas porque nós não temos a idade dela. Não leva 200 anos. É filha do Terramoto, como toda esta Baixa o é, nas suas seduções, na disciplina de artérias, na composição da sua fisionomia.

Antes da Rua dos Fanqueiros — no seu primitivo dístico «Rua Nova da Princesa» — existiu, é claro, o sítio onde ela veio a ser delimitada. E isto dá-nos pretexto para um quadrinho, de um verniz erudito muito subtil, arrancado aos mestres olisiponenses.

Esta faixa vertical cobriu uma área irregular, labiríntica, confusa, quase indefinida, que remonta ao fim da primeira dinastia. Esta artéria não corresponde a nenhuma rua que tivesse existido antes do Terramoto.

Ela assenta em grande parte no que foi a Judiaria Grande ou Velha, que vinha, pelo menos, do tempo de D. Afonso III (1276), e chegou até ao final do século XV. E outra parte, mais a Sul e a Norte, era a Lisboa cristã e plebeia, a que o mesmo D. Afonso III começou a dar vida.

Essa Judiaria confinava-se numa área truculenta de ruas e de betesgas, pejada de esnogas ou sinagogas, privativa dos filhos de Israel, e que se situava entre a primitiva igreja de S. Julião, cuja capela-mor caía sobre a actual Rua Augusta, e, a Nascente, sobre a Madalena. No sentido Norte-Sul assentava, pelas referências de hoje, entre a primitiva igreja de S. Nicolau e a admirável Rua Nova, sensivelmente a Rua do Comércio actual.

A Judiaria, depois que os judeus foram expulsos do Reino (1496), passou a chamar-se Vila Nova, mas a sua tessitura manteve-se como o bairro primitivo, que abria as suas portas para a Lisboa cristã, portas que se cerravam ao «sino de correr».

Uma dessas portas situava-se junto da sinagoga grande, que veio a ser a igreja de N.^a Senhora da Conceição dos Freires de 1504.

Situava-se a sinagoga no eixo da nossa Rua dos Fanqueiros, do lado Nascente, sensivelmente no quarteirão entre as Ruas dos Retrozeiros, ou da Conceição e a de S. Nicolau. Outra porta ficava por detrás da sinagoga grande, e abria para a Rua dos Latoeiros do Século XV, que cortava a área da nossa Rua dos Fanqueiros. Outra porta assentava na Rua dos Mercadores, no leito da setecentista Rua Bela da Rainha, a Rua da Prata de hoje. E outra ainda na típica Rua do Chancudo, no topo do quarteirão actual entre as Ruas da Prata e a chamada Travessa da Palha.

Imagine-se o pitoresco desta zona quatrocentista, as figuras dos judeus de mantéu ou gibão e das judiazinhas que se banhavam nos «Banhos da Foteia»; veja-se o dédalo de ruas e de becos, o semblante das sinagogas, e ouçam-se, a um tempo, os cânticos israelitas, o ruído das frequentes contendas entre cristãos e judeus, que vinham já do tempo em que a Câmara de Lisboa dispunha de alvazis especiais — chamados «dos judeus» — para manterem a ordem e a dignidade cristã.

E pelas áreas cristã e judaica anotem-se as artérias, as casas, os sítios dos séculos XIV e XV, que chegaram a 1755 e vieram a dar, no pitoresco dos nomes — a Rua Nova da Princesa da segunda metade do século XVIII.

Lá em baixo eram as portas da Ribeira, que abriam no começo da nossa Rua dos Fanqueiros, quase sobre o mar, na actual Rua dos Bacalhoeiros, e que cortavam as muralhas de D. Dinis e de D. Fernando. Depois era a Rua da Ferraria, mais tarde da Confeitaria, e o Largo do Açougue do Pescado ou Praça do Pelourinho — esta praça ocupando quase todo o actual quarteirão entre as Ruas dos Fanqueiros, da Madalena, do Comércio e Terreiro do Paço.

A Casa de Ver-o-Peso, repartição importante da cidade, situava-se nesse Largo do Pelourinho, entre a Ferraria e a Rua Nova, no local onde hoje se ergue o grande prédio na esquina sul da Rua dos Fanqueiros (n.ºs 21 a 27) e do Comércio (n.ºs 23 a 31). De um título se pode honrar a nossa Rua dos Fanqueiros: no leito dela, acima referido, assentou a sede da Câmara de Lisboa nos três últimos decénios do século XIV, aproveitando as casas ou Casa de Ver-o-Peso.

E entra-se na Judiaria Grande ou Velha: o dédalo agora torna-se impenetrável quase.

É a Rua da Gibitaria ou Gubetaria, que ligava a Rua ou Beco de S. João à Rua dos Ourives da Prata, esta longe, relativamente, da actual Rua da Prata.

Foi esta designação — Gibitaria (fazedores de gibões) — que deu origem à lenda de uma Vila Nova de Gibraltar, vulgarizada pelo grande Alexandre Herculano, erro que o saudoso engenheiro Vieira da Silva desfez. *Gibraltar* foi má leitura documental de *Gibitaria*.

E agora vejam estes dísticos ao longo da área que veio a ser a da rua que aqui nos reúne: Beco dos Seguros, Pátio do Forno, Beco da Sardinha, Travessa da Conceição Velha, antes Rua da Conceição dos Freires, Travessa dos Latoeiros, Rua do Arco de Jesus, Rua da Correaria, Rua dos Torneiros, Rua do Quebra Cus, que ia dar às Pedras Negras, o Beco do Alamo, o Beco do Pinovai, e, mais acima, a Rua do Adro de Santa Justa.

Aqui, no Largo dos Torneiros, vemos a igreja e convento dos Carmelitas do Santíssimo Sacramento, ou de Corpus Christi, no quase nada que resta da sua tentativa de reconstituição após o Terramoto. E lá em cima a imaginação abre diante de nossos olhos a igreja paroquial de Santa Justa, que já existiria em 1173.

Se quisermos façamos um esforço, e descortinaremos Domingos Leite Pereira, escondido atrás das frestas de uma casa, ali à esquina, de arcabuz nas mãos para matar o Senhor Rei D. João IV, que vai a passar na procissão de Corpus Christi, em 20 de Junho de 1647. Falhou o golpe, por indecisão, e veio a morrer, meses depois, em cruel suplício. Foi em memória do facto que a Rainha D. Leonor de Gusmão fez erguer o citado convento e igreja dos Carmelitas, inaugurada em 1661, como disse, aqui à esquina do Largo dos Torneiros. Os frades torneiros! — eis uma evocação de Lisboa nos séculos XVII e XVIII nesta Rua dos Fanqueiros dos séculos XIX e XX. E lá vemos, com o auxílio da memória, a paroquial de Santa Justa, onde a tradição diz que chegaram, em certo dia de Setembro de 1173, os restos do diácono mártir S. Vicente, recolhidos no Promontório Sacro. Podemos mesmo descortinar, no alto desta nossa Rua dos Fanqueiros, os corvos ou vicentes que não abandonaram o que restava do Santo Padroeiro. Já hoje os não vemos na Sé, e só os lobrigamos na nau do brasão heráldico de Lisboa.

A paroquial de Santa Justa, que nesta rua assentava sensivelmente onde correm hoje as escadinhas que levam à Rua da Madalena, foi destruída pelo Terramoto, como o foi a casa dos frades torneiros.



O Terramoto! Justamente: agarremos numa esponja e passemo-la sobre esta ardósia que temos visto desenhada, a giz, nos labirintos e dédalos dos séculos velhos.

Sobre toda esta área — limpa de entulhos e de memórias, de figuras e de sombras, de judeus e de frades, de alvazis e de mercadores, do pomposo Rei D. João IV e das confrarias do Corpus Christi, de D. Munio, reitor de Santa Justa, e do deão da Sé, D. Roberto, a prepararem a ocultas a transferência de S. Vicente para a Sé —, sobre todo esta zona de pitoresco, de movimento, de balbúrdia, de

betesgas, de bequinhos, de humana e truculenta vida meio medieval, meio quinhentista — e tal qual fizeram os architectos de Pombal — tracemos duas rectas paralelas, e, no seu leito, vamos abrir a Rua Nova da Princesa.

Cinco anos depois do Terramoto, por edital de 15 de Novembro de 1760, foi tornada pública a distribuição dos arruamentos da Baixa nos sentidos vertical e transversal. Todos sabem, porque a actualidade ainda o documenta, como se acomodaram as actividades mercantis, segundo o seu ramo ramo de comércio ou indústria.

Esta rua de que estamos tratando foi reservada aos mercadores de lençaria ou fancaria, e, se sobejassem lojas, elas destinavam-se aos mercadores de quinquilharias, cujas ruas próprias eram as de S. Nicolau e da Vitória. Guardava-se uma tradição: a da fancaria.

Só agora nos cabe lembrar que no século XVI já existia uma Rua da Fancaria, dita de Cima, que recuava ao tempo de D. Dinis, rua esta, depois chamada Rua do Arco de Jesus, que, começando na Rua do Calçado Velho, terminava na confluência da Rua dos Torneiros e da Rua do Quebra-Costas, justamente onde nós agora estamos reunidos. Essa Rua da Fancaria teve a sua aura. Mas outra Rua da Fancaria existiu, lá em baixo, e que saía do Largo do Açougue do Pescado ou Praça do Pelourinho, de que já falei.

Estavam pois os fanqueiros arruados, no plano pombalino, não longe das serventias tradicionais, que mereceram denominação nos tombos.

Já em Junho de 1759, isto é, um ano e meio antes da regularização dos arruamentos, o Senado de Lisboa procedia ao alinhamento desta rua destinada a mercadores de lençaria e fancaria, e que nos anos seguintes se chamou oficialmente Rua Nova da Princesa, por vezes, crismada em Rua Bela da Princesa, por analogia com a Rua Bela da Rainha. O povo chamava-lhe simplesmente Rua dos Fanqueiros, e em documentos de 1785 aparece também citada como Rua Nova dos Fanqueiros. O dístico actual foi oficializado em 5 de Novembro de 1911, pela Câmara Municipal.

Hoje a Rua dos Fanqueiros, depois do desaparecimento do mercado, termina no grande eirado denominado Praça da Figueira, no lado Nascente. Deve ter sido pelo terceiro decénio do século passado, cerca de 1838, que ao prolongamento até à Rua da Palma se deu a denominação também de Rua dos Fanqueiros.

Mas falemos um pouco do Terramoto. Ele arrasou toda a área da Baixa, e o que não caiu foi demolido. Na linha vertical do que veio a ser a Rua Nova da Princesa desapareceram a Casa de Ver-o-Peso, já referida, lá ao fundo sobre a Ribeira, a igreja da Conceição, dita a Velha, e que depois de 1568 substituiu a igreja da

Conceição dos Freires, a igreja e convento de Corpus Christi e a igreja de Santa Justa. Do que fora ainda no século XV a Judiaria Grande restavam montões de entulho.

A Rua Nova da Princesa cresceu depressa, mas com infinitos trabalhos. Para o calcetamento da rua chegaram a aproveitar-se materiais vindos da destruída Inquisição.

O convento e igreja dos frades torneiros sofreram grandemente com o Terramoto. Em 1836, com a extinção das ordens, foi o edifício alienado, dispersando-se o recheio e adquirindo-o particulares. Já a Rua Nova da Princesa, dado o espírito da época, não precisava do convento para cousa alguma. E o que resta da casa dos carmelitas está precisamente à vista: o zimbório, parte da cimalha, e um certo ar discreto que não chega a segredar aquilo que foi um dia.

A igreja de Santa Justa — velha paroquial lisboeta — ruiu em grande parte. A paróquia passou para umas cabanas no Rossio, e, depois, para a ermida dos Camilos, ao Poço do Borratém. Mas em 1757 instalou-se de novo nos restos recompostos do velho templo.

Quando começou a construção da rua que o povo chamava dos Fanqueiros — já a paróquia de Santa Justa e Rufina estava de novo na sua velha sede. Ela tomou o passo aos mercadores.

Pela época da extinção das ordens — 1834 — a paroquial, aliás mal instalada, e sem as obras do restauro concluídas, foi sede de um batalhão da Guarda Municipal. Uma parte do edifício já fora cortado em 1759 para alinhamento da rua.

Aquilo já não era a famosa Santa Justa dos séculos velhos. E outro destino lhe estava reservado: ser teatro, o Teatro D. Fernando. O prédio fora comprado por um comerciante Francisco Rodrigues Batalha e na sua transformação para teatro, traça do francês Arnauld Bertin, trabalharam os architectos decoradores Rambois, Cinatti e Inácio Caetano. A inauguração do teatro realizou-se a 29 de Outubro de 1849.

Rua dos Fanqueiros de há um século! Um teatro onde assentara um dos mais tradicionais templos paroquiais de Lisboa. E que teatro! Cinco ordens de camarotes, plateia pequena, palco relativamente belo.

Ali se representaram as melhores peças do teatro português e estrangeiros — algumas ainda vivas na literatura dramática, como o «Frei Luís de Sousa». Por ali passaram grandes artistas de companhias francesas e espanholas, e as melhores companhias portuguesas.

A velha Rua Nova da Princesa viu artistas e autores, de 1849 a cerca de 1860: a linda Emília das Neves, o Santos Pitorra, ainda jovem, a Persolli, a Canário, o Ângelo Frondoni — e Mendes Leal, Almeida Garrett, o homem que ergueu o Teatro D. Maria, Ernesto

Biester e tantos mais. E a Rainha D. Maria II, e D. Fernando, e a Corte, em noites de gala.

Mas o teatro, a despeito de tudo isto, nunca teve sorte. Acabou, como tudo que não possui fundamentos sólidos.

Antes de 1860 o dono de um estabelecimento de louças e vidros, na esquina Noroeste da Rua Santa Justa, Manuel dos Santos, comprou o prédio ao Francisco Batalha, e fez do efémero Teatro D. Fernando um armazém. Entre 1863 e 1864 o edifício estava outro, puro século XIX. Nos primeiro, segundo e terceiro andares do lado da Rua da Princesa instalou-se o «Hotel Pelicarpa», e, do lado da Rua da Madalena, a Fábrica de Tabacos de Santa Justa, da firma Eduardo Mendia (e desta circunstância a marca de cigarros «Santa Justa», que nós todos fumámos, em rapaz).

A fábrica acabou e sucedeu-lhe uma firma «Regalia», mas o prédio, em 1886, era ainda dos herdeiros de Manuel dos Santos, uma filha e dois filhos.

Em 1892 instalou-se no rés-do-chão do edifício, com seus escritórios, a Companhia do Papel do Prado, já existente há muito, e que em 1922 adquiriu o imóvel, tomando para si o prédio todo.

A fábrica religiosa, o edifício teatral — converteram-se em instalações comerciais e armazéns de uma indústria. A Rua dos Fanqueiros baniu o passado e ficou entregue apenas ao seu comércio e às suas actividades mercantis.

A rua, que foi em certa época a mais republicana de Lisboa, — segundo repete o Sr. Luís Pastor de Macedo na sua preciosa obra «Lisboa de lés-a-lés» — mas que nunca fez ou consentiu um motim político — continuou no seu estendal decorativo de artigos do seu comércio tradicional ou com ele correlativos.

O seu *facies*, o seu grande escarapate, parecem apostados a não copiar modelos estrangeiros. E contudo nos vários artigos de quase milhar de lojas e de escritórios, no seu alarde de montras, no interior dos estabelecimentos e armazéns, persiste um carácter *sui generis*, mantém-se o cunho da abundância discreta, do sortido interminável, da «novidade» permanente, da solidez comercial e da têmpera dos velhos mercadores que vieram de 1760.

Algumas casas são centenárias. Escuso de as lembrar a quem me escuta, que as conhecem todas: a casa de sacarias e tapeçarias que foi de José Maria Rodrigues (1815), e é dos Srs. Dores Costa e António Madeira. A casa de solas e cabedais, do Custódio, a de José Ribeiro & Tavares, que data de 1793, e existe aqui desde 1831. A casa Leites, Sobrinhos & C.^a, fundada em 1799, dos irmãos Caetano e José da Silva Campos. Isto para não nos demorarmos sobre a Companhia da Fábrica de Fiação e Tecidos de Tomar, criada em 1873, mas que se integrou na Real Fábrica de Chapéus de Tomar, fundada em 1771.



A Rua dos Fanqueiros tem tantos títulos de nobreza plebeia e de fidalguia comercial como a Rua que foi Áurea, como a Rua Augusta, como a Rua da Prata, e como as transversais.

Mas o que mantém sobre todas as congéneres deste pandemónio disciplinado da Baixa pombalina, da Baixa piegas do século passado, e da Baixa renovada e espampanante do século actual — é um infinito pitoresco e uma deliciosa graça bairrista.

Nela está perpetuada um pouco de alma encantadora das ruas, e perdura, como bronze de estátuas, a honradez clássica do seu comércio, que tem horror ao adventício.

Possui a Rua dos Fanqueiros o seu tombo sagrado, como raras ruas deste xadrez que é o coração urbano comercial de Lisboa, aquele que Pombal e a sua gente fizeram renascer das cinzas.

Associações de cultura, como a Sociedade de Ciências Médicas e o Ateneu Comercial, que aqui estive no N.º 186, de 1882 a 1881, sociedades de recreio, como o «Salão Apolo», salão de baile, onde os homens entravam por 240 réis e as mulheres pelos seus lindos olhos, a Academia do Recreio Artístico, a Associação Académica, uma dezena de hotéis, entre os quais o já citado Pelicano, colégios e escolas, uma delas fundada por Nicolau Tolentino, o poeta sem vintém que ia para a repartição de seje, como um tribuno de S. Bento, — tudo teve ou tem ainda, esta adorável Rua dos Fanqueiros, à qual não falta sequer o Banco Burnay, que vem de 1874, do tempo do 1.º Conde e de Ernesto Empis.

Escritórios e armazéns ocupam andares dos edifícios. E, sobretudo, os estabelecimentos comerciais, de uma fisionomia pacata, mas todos de chapéu alto e fraque como se fossem gente do tipo do Júlio Anacoreta, o célebre dono de uma loja de ferragens cá da rua, e que não desdenhava de andar assim, carregando volumes de ferramentas.

E aqui deste lugar, eu vejo, mas VV. Ex.^{as} vêem melhor do que eu, deslizar sombras, que já vieram das ruas quinhentistas da Fancaria, homens íntegros, pitorescos ou graves, que se ocultam nas memórias do precioso arquivo da Rua dos Fanqueiros, por traz das montras, para além dos balcões, confundidos com manequins, peças de tecidos, mantas multicores, retalhos opulentos de tudo o que é artigo de mercancia; sombras brancas e sombras enegrecidas, e que têm estado a espreitar para ouvirem «o que aquele senhor, que não é cá da rua, está a arengar».

E eu estive apenas, com a paciência tolerante de VV. Ex.^{as}, a exaltar a mais lisboeta rua comercial da Baixa, uma das mais honradas e progressivas artérias de que Lisboa se orgulha.

O CONVENTO DOS BARBADINHOS ITALIANOS

Conferência realizada no local em 8 de Abril de 1951

pelo DOUTOR EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES

(Conclusão)

NA sacristia verão imagens coevas da fundação, Santa Juliana Falconária e S. Fiel de Sigmaringen, este Santo que se reza a 24 de Abril. A propósito diremos que Santa Juliana se venera a 18 de Junho, S. Felix a 27 de Maio, Santa Margarida de Cortona a 22 de Fevereiro, S. Modesto a 16 de Dezembro e S. Pedro de Alcântara a 16 de Outubro e Santa Engrácia a 16 de Abril. Por baixo do arcás da Sacristia, que veio de Santa Marta, como muitos móveis e quadros, existe o túmulo da família Sampaio, ao que me informam.

São de ver os óleos do Altar Mor e os que encimam os altares.

Na casa do despacho existem alfaias, pratos e louças, para que chamo a atenção de VV. Ex.^{as}, sobretudo para uma bacia e jarro de louça da India, uma bacia e jarro em estanho, uma colecção de jarras de faiança lisboeta, muito possivelmente da fábrica da Bica do Sapato, aqui vizinha.

São de ver, uma campainha grande, em bronze, com uma sobre-saia recortada em prata, para acompanhar o Viático e um notabilíssimo cofre de tartaruga e prata lavrada, obra de arte oriental, para guardar as Partículas pela Semana Santa.

Além de outras peças expostas, vários livros, entre eles um curioso compromisso iluminado e numerosos livros referentes às contas da primitiva Irmandade e à escrituração da arrecadação do imposto do pescado que a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Engrácia recebia, segundo o que deixou escrito o escrivão António José Jorge, numa nota de 20 de Fevereiro de 1791; por ela se deduz que a cobrança desse imposto vem já desde 1770.

A meio da Igreja e à direita, sob o soalho, existe uma escada com dez degraus, que descem para um carneiro subterrâneo, abobadado, com cerca de 3,5 metros de comprimento por 3 metros de largo e 2,5 metros de altura, onde em cinco compartimentos estão numerosos esqueletos. Tinha larga cerca o Convento, e para ela iremos após a visita, pois há lá que ver.

Aqui, extingue-se no recolhimento e oração a sede espiritual, lá dessedenta-se o corpo com a linfa que abastece parte de Lisboa. Sobre ela, lá falaremos, após a visita ao templo e de reiterarmos ao reverendo pároco e representantes das Irmandades os nossos agradecimentos pela sua generosa hospitalidade.

Estas visitas, posto sejam sobremaneira úteis para nós, são-no também, creio, para os locais visitados, pois sobre eles chamam a atenção, quer pelos que os visitam, quer pelas notícias de ocasião, e dão sempre, como hoje, ensejo à hospitalidade amável dos que nos recebem, e tanto agradecemos e graças a Deus é timbre da nossa terra.

SEGUNDA PARTE

Há pouco observámos a operante opulência de D. João V na traça e decoração do templo, agora vamos ainda observar um complemento da sua obra gigantesca, pelo alargamento do âmbito e população da cidade.

É o depósito do canal do Alviela, que nos traz a linfa que a todos nos dessedenta e que para complemento da trazida pela obra Joanina do aqueduto das Águas Livres, já então insuficiente, desde os Olhos de Água, cerca de Alcanena, no distrito de Santarém até aqui vem, para potentes engenhos a elevarem aos píncaros da cidade.

A água chegou aqui em 19 de Setembro de 1880 e por edital de 6 de Outubro do mesmo ano, passou a serventia pública, feita para acesso ao depósito, junto à fachada do Convento a chamar-se Rua do Alviela. Era Presidente da Câmara José Gregório Rosa Araújo.

Contra a numeração da nova artéria, posta ao contrário das normas habituais, insurge-se na Imprensa, Gomes de Brito, o das «Ruas de Lisboa».

Em 1883 foi esta obra avaliada em cerca de 3.550 contos.

Constava de um depósito com a capacidade de 12.000 metros cúbicos, mais 6.500 metros cúbicos que o reservatório da Mãe de Água e está a 27 metros acima do nível do mar, portanto numa cota baixa, mas acima e não abaixo do nível do mar, como se diz algures.

Potentes engenhos elevam a água até à Penha de França e à Rua da Verónica, na cerca do Palácio da Mitra, hoje «Messe» dos Officiais a Santa Clara.

O Aqueduto tem 114 quilómetros de extensão, 51 sifões, 94 túneis, 110 arcadas e 196 clarabóias. O sifão de Sacavém, hoje modernizado, é dessa época.

Hoje a obra do aproveitamento da Ota concorre com esta.

A inauguração deste depósito data de 3 de Outubro de 1880, sendo

a sua bênção realizada com notória solenidade com a assistência dos Reis D. Luís e D. Fernando, assistidos da Corte e dada pelo reverendo Arcebispo de Mitilene.

Para a cerimónia publicou-se um protocolo especial muito completo e bem ordenado.

Foram executores desta obra os engenheiros Cabral Couceiro e Sousa Gomes, tendo a construção começado em 1871 e as obras neste local em 1876.

As máquinas primitivas eram três, com a força de 120 cavalos cada, da casa Windsor et Fils, de Roen. Podiam elevar uns 10.000 m. cúbicos em 24 horas a 48 m. de altura, ou sejam 139 litros por segundo; as outras duas elevavam 12.000 metros cúbicos no mesmo espaço de tempo a 77 metros de altura.

A chaminé tem 40 metros de altura.

Segundo o relato da Imprensa coeva, há uns números que julgo interessante assinalar em resumo e sinteticamente. São:

O cimento Portland custou 2.600 réis cada barrica de 174 quilos, posto em Lisboa a bordo; cif Tejo, como hoje se diz. O tubo de ferro importou em 445 contos, sendo porém 15.590 metros. O custo dos túneis foi arrematado por 5.000 réis o metro corrente e as escavações das trincheiras à razão de 300 réis o metro cúbico. Estes edifícios dos reservatórios importaram em 45 contos, sendo de 100 contos o custo das máquinas. As nascentes que brotam a 35 metros acima do nível do mar, foram com os terrenos necessários subjacentes expropriados por 50 contos sendo 10 em dinheiro e 40 em accções da Companhia. O seu débito regulava em 1877 por 52.486 metros cúbicos. Hoje tudo mudou e algo foi modificado.

No Jardim à volta das edificações há uma estufa e no declive para Santa Apolónia uma interessante estufa fria com lindos canteiros em forma de vaso com embutidos em pedra, ao jeito do pavimento do Rossio. Foram levantados novos edifícios e esteve até há pouco no lago o Neptuno, obra de Joaquim Machado, feita em Carrara, em 1771. Esta escultura esteve no chafariz do Loreto, apeado em 10 de Maio de 1850, foi para as Amoreiras, esteve no Museu do Carmo desde 24 de Fevereiro de 1866 até ser para aqui transferido em 4 de Novembro de 1881. Está actualmente no Largo Dona Estefânia, depois de ter estado na praça do Chile, onde agora está a estátua de Fernão de Magalhães. As antigas máquinas — hoje meritòriamente conservadas como relíquias, foram em 2 de Setembro de 1928 substituídas pelas actuais, movidas a electricidade e com potência superior: cerca de 70.000 metros cúbicos por hora a noventa metros de altura, visto que a cota aqui é cerca de 27 metros e a água é elevada até ao Monte e à Penha de França — que — está a cerca de 120 metros acima do nível do mar. Anexo há uma transformadora para 10.000 volts.

É de referir e anotar que uma Empresa utilitária, e nesta época, mantenha o peso morto de uma instalação como esta de velhas máquinas, como relíquia conservada e tratada, o que merece o nosso aplauso e agradecimento, que daqui em meu nome, como arqueologo e no dos «Amigos de Lisboa», lhe endereçamos. Como moderno em processos e em técnica existe também o serviço de tratamento das águas com laboratório privativo sob a proficiente direcção do Dr. Carlos Coutinho, nome notável no meio farmacêutico e laboratorial, que tem como seu adjunto o Engenheiro Raul Guedes de Campos, o consagrado poeta que todos conhecemos, que já uma vez teve a amabilidade de vir até nós, aquando da primeira visita, explicar-nos a técnica dos serviços onde actua.

Poderá ter parecido que me esqueci de vos falar dos arredores mas não, por três razões. Primeira — foram descritos e maravilhosamente por outro poeta, Sidónio Miguel, que já por três vezes vos falou do local, a bordo, aquando do primeiro passeio no Tejo, em Santa Clara, numa das conferências ao ar livre e em Santos, o Mosteiro aqui vizinho aquando da visita lá realizada.

Segunda — tenho em grande conta a poesia — que nunca fez mal aos doutores — e por isso não há que intrometer-me no que um já disse, mesmo, por que não tinha mais a dizer-vos, nem quero demorar que oiçam hoje outro, sobre assunto de tanto interesse e alcance, que, diga-se de passagem, fez alterações profundas, mercê da sua acção, sobre a estatística de uma entidade nosológica — af ebre tifóide — de manejo diário dos clínicos citadinos e hoje quase desaparecida, e ainda bem para todos nós.

Terceira — julgo não dever demorar em demasia a vossa atenção, posto que seja difícil dosear os dizeres à vontade dos ouvintes, pois, mesmo usando como o «sal na comida», na asserção do velho bispo de Viseu: há os que gostam de salgado e os de ensosso, embora eu mesmo salgando na prolixidade dos termos, seja sempre ensosso nos dizeres, como estão ouvindo.

No entanto, quero referir — se isso os não molesta em demasia, se o faço que me perdoem — que no local e aqui cerca, na Rua da Cruz de Santa Apolónia, houve a meio dos prédios à esquerda de quem vai para o Vale de Santo António algumas fábricas particulares de chumbo de caça, que se conheciam, de fora, pelas altas chaminés de zinco acima dos telhados, onde no cimo era lançado sobre crivos o chumbo derretido, que após o longo trajecto até às lojas com sonoridade especial — sobretudo para os moradores dos andares — caía sobre recipientes cheios de água.

As últimas fábricas há pouco demolidas, foram as dos chumbeiros Afonsos.

Uma das outras transferiu o seu fabrico para o cimo da Calçada

dos Barbadinhos, onde havia uma outra fábrica de Francisco José Simões, que à sobrinha Brás dos Santos comprou o fabrico por a menalidade vitalícia de 36\$00. É de referir que o tio desta senhora, João Brás dos Santos, adquiriu a alcunha de «Ressuscitado» porque, a quando da epidemia da febre amarela foi dado como morto e transportado ao cemitério, onde acordou e voltou para casa alta noite a bater à porta da *viúva*.

Já vos referi e é notório ter vivido nesta área Machado de Castro e ter havido nestas cercanias uma afamada fábrica de louça — a da Bica do Sapato do Roteiro.

Referindo-se a ela a velha Revista «Ó da Guarda», em cena no Teatro Apolo, então Príncipe Real, numas quadras em que se afirmava ser Lisboa a si mesma bem contrária dizia:

*Na Bica do Sapato do Roteiro
Há só Bica mas não há nenhum sapato*

Hoje a Bica foi mudada e modernizada e continua a não haver sapato nem roteiro.

Por fim referirei a VV. Ex.^{as} o Convento de Santos, o das trezentas e sessenta e cinco janelas, na cerca do qual está a Casa da Água, onde se inicia o último sifão do Canal e cuja torneira foi aberta solenemente no dia da inauguração para ao chegar aqui a água serem lançadas girândolas de foguetes. Nesse convento, onde tive aí por volta de 1925 o privilégio de ser o único homem — por ser médico — a quem era permitida a entrada de noite, tratei várias recolhidas, na minha missão de médico da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Lá conheci relíquias humanas nobres e plebeias e dessas últimas uma era a velha porteira — uma velhinha galega de origem e que para lá veio servir a velha comendadeira com sete anos de idade e que com cerca de noventa, e, por atestado, visto que era pensionista do Estado, autorizei a sair do País para ir à terra, onde creio que está ou possivelmente ficou, dada a sua propecta idade.

Se continuássemos a falar do local, onde iríamos...

O Dr. Zófimo Pedroso Gomes da Silva, antepassado do caudilho republicano Consiglieri Pedroso, que aqui foi médico, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sempre de chapéu alto e grandes e respeitáveis matações brancos, morou na Rua do Mirante, n.º 30, esquina da Rua da Bica do Sapato; ao lado, no n.º 26, residiu e faleceu o médico dos Hospitais Cíveis de Lisboa, Dr. João Pedro de Almeida, filho de um velho comerciante local, num prédio sua propriedade e que hoje pertence a outro médico, este oftalmologista, o Dr. João Pedro Medeiros de Almeida. Próximo residiu o meu contemporâneo Dr. Dinis Ângelo Arriarte Pedroso, sacrificado aquando da recente ocupação de Timor. Na Rua da Cruz de Santa Apolónia residiu o Dr. Joaquim

José Alves, várias vezes vereador da Câmara Municipal de Lisboa. O terreno onde hoje está a Rua Diogo do Couto era a Quinta da Brasileira, com entrada pela Rua da Cruz de Santa Apolónia, onde no n.º 25 residia a proprietária e onde hoje ainda residem pessoas de sua família, entre elas o Coronel sr. Francisco Carvalho de Brito Gorjão. Nessa Quinta esteve instalada a fábrica de refrigerantes «Hall», a primeira fábrica de pirolitos instalada em Portugal cerca de 1891, nuns barracões lá construídos; a fábrica acha-se hoje na quinta há tempos visitada, onde existe o baluarte de Santa Apolónia, à Cruz da Pedra e que foi propriedade dos Condes de São Vicente e depois do industrial de moagem e bolachas Eduardo da Conceição e Silva com fábrica na Rua Primeiro de Maio, em Alcântara, por sinal padrinho de baptismo do nosso consócio Gomes de Abreu, a quem devo grande parte das informações sobre o local. A fábrica foi fundada por George Hall e seus filhos George e Henry, ambos habilidosíssimos, a ponto de por suas próprias mãos terem construído viaturas e utensílios para as máquinas que vieram de Inglaterra. Onde hoje é o Bairro América era a Quinta dos Marcelinos, onde residiu o Conselheiro José Joaquim de Sousa Cavalheiro, que se dedicava à indústria leiteira.

Depois de agradecer à Ex.^{ma} Direcção da Companhia das Águas de Lisboa, que nos permitiu esta visita e em particular aos srs. Engenheiros Oliveira e Amílcar de Melo, este último que tão gentilmente nos tem acompanhado, e a quem devemos alguns dos dados que lhes forneci, fecharemos o parêntesis das recordações bairristas, recordando o escrito algures por Camilo, numa das páginas dum volume intitulado «Um feixe de penas», editado para fins de beneficência, esquivando-se à colaboração, por um desastre anterior lhe ter posto uma mão envolvida em arnica e em que dizia recear que o escrito rescendesse ao cheiro da droga; eu, parafraseando o sucedido, direi a VV. Ex.^{as} que, doente, e do coração — que não de mal de amor — visto que tal tempo, passou já, para os que como eu dobraram o cabo dos cinquenta, e por que se o fosse, seria outra a classificação nosológica, do domínio da patologia nervosa; estou em uso intenso de iodo e por isso é possível que o cheiro acre do fármaco tenha imbuído a prosa ligeira em que vos falei. Que todos me perdoem e desculpem, pois mesmo o mau que vos trouxe foi no intuito de bem servir os fins do nosso Grupo, em detrimento mesmo, das determinações dos meus próprios médicos.

É que, estes, os médicos, quando doentes, são tal qual como eles — os doentes —, raro cumprem as prescrições dos primeiros, e são assim, não só maus para si mesmos como também para quem os atura, como aconteceu a VV. Ex.^{as}, a quem muito grato cumprimento.

Tenho dito.

A BEMPOSTA

(O PAÇO DA RAINHA)

(Continuação do número anterior)

por LUIS MOITA

II — A CAPELA

A REEDIFICAÇÃO

QUANDO D. Catarina de Bragança adquiriu à viúva de Plácido de Castanheda de Moura, D. Francisca Peres Teles, os bens vinculados e livres que vieram a constituir o Palácio, a horta e a quinta da Bemposta, havia junto do palácio uma Ermida, da invocação de Nossa Senhora, que não era a capela hoje ali existente, e de que certamente a Rainha de Inglaterra tomou conta depois da transacção que fez com a dita Senhora D. Francisca, pois no tombo do almoxarifado nada deixa supor que a Ermida de Nossa Senhora constituísse parte do lote de bens adquiridos à viúva do aludido Contador-Mor do Reino, Castanheda de Moura. Pelo contrário. Nesse tombo se diz que a ermida ficava «junto do palácio que comprou a Senhora Infanta de Portugal e Rainha da Grã-Bretanha».

De presumir é ainda que D. Catarina, que no Palácio ordenou obras de adaptação à vida, embora simples, da sua real pessoa —, aqui tenha introduzido também os seus cuidados. Se o culto da pacata ermida destes antigos campos de Santa Bárbara, ao tempo arrabalde da cidade, presenteado foi, pela Rainha, com uma colegiada, natural é também que o risco do architecto ou a mão mais ligeira do mestre de obras, aqui andasse retocando, alindando, aperfeiçoando, introduzindo, enfim, benfeitorias que levantassem a ermida simples ao nível das suas novas funções. Os quadros de André Gonçalves, o de Holbein-o-Velho, que depois do terramoto passaram à sacristia, porventura outros valores decorativos e até os apetrechos do culto do tempo de D. Catarina de que ainda havia por aqui restos em 1910 —, tudo conduz a esta minha suposição, que à míngua de documentos coevos, ou mesmo de notícias posteriores, das gerações imediatamente seguintes, houve de colher por sintomas, meias palavras, comparação de textos e, depois de toda essa heterogeneidade de elementos, por raciocínio que aspira a ser lógico.

Do volume e dimensões da primitiva Capela da Bemposta não é possível ter segura ideia. Provavelmente seria mais pequena que a

actual. Mas não creio que a diferença fosse grande. É de notar, ré-pito, que ela abrigou uma colegiada, primeiro de 12, depois de 20 capelães. O Padre António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, tomo III, publicada em 1712, chama à primitiva capela «magnífica». É de crer que a não qualificasse assim, se porventura a capela instituída por D. Catarina de Bragança aparentasse, em dimensões e recursos decorativos, a pequenez humilde que se deduz de textos modernamente publicados, quase todos mergulhados no apontamento inicial de Vilhena Barbosa, aliás muito valioso.

Outra questão se põe aqui — e essa levantada por Castilho. Disse algures esse grande Mestre da «Lisboa Antiga» (1), que a primitiva Capela da Bemposta «parece era do orago de Jesus Maria José». E apoia o seu reciocínio num manuscrito «do infatigável José Valentim de Freitas», cujas folhas estão arquivadas no Museu do Carmo. O texto deste Freitas, transcrito por Castilho, reza assim: «Já não alcancei neste sítio esta ermida, mas sim uma grande pedra em forma de arco, com volta perfeita, e inteiriça, que se conservou muitos anos encostada ao muro, e mais outras pedras por baixo da torre da Bemposta, para o nascente. Por fim uma Câmara Municipal deu cabo delas».

Castilho confundiu a ermida que D. Catarina de Bragança transformou em capela e que era do orago de Nossa Senhora, com uma capelinha que ficava por defronte, do outro lado do terreiro da Bemposta, junto à hoje chamada Torre do Relógio. João Bautista de Castro, no seu *Mapa de Portugal*, fala das duas ermidas (2), a primeira de evocação de Nossa Senhora da Conceição e a segunda de Jesus Maria José e que «com o terramoto ficou arruinada bastante». Na *Corografia Portuguesa* o Padre António Carvalho da Costa, depois de se referir, como atrás digo, à «magnífica capela», cita, no distrito da freguesia dos Anjos, entre outras ermidas, a de «Jesus Maria José defronte do Palácio da Bemposta» (3).

Vemos pois que o terramoto de 1755 destruiu «bastantemente», segundo o Padre João Bautista de Castro, a ermida do orago de Jesus Maria José; e como o mesmo Padre Castro, no seu *Mapa de Portugal*, nenhuma referência faz aos estragos sofridos, no dito terramoto, por esta ermida de Nossa Senhora da Conceição, é de presumir que esses estragos fossem menores. De notar é que a «notícia histórica» exarada no tombo do almoxarifado da Bemposta, dizendo na parte referente ao palácio que ele sofreu algum estrago, seja também omissa quanto aos prejuízos sofridos pela capela. À falta duma notícia concreta coeva, demonstrativa de importantes estragos, acho que devemos deduzir, dada a coincidência dos documentos que acabo de citar, pela

(1) *Lisboa Antiga*. Bairro Alto — Vol. IV, Cap. XIII.

(2) Tomo III, pág. 231/2, ed. de 1763.

(3) *Cor Port.* Tomo III, pág. 418.

hipótese contrária. Nem a meu ver de outra forma se explica o caso dos quadros de André Gonçalves que, como iremos ver adiante, nada sofreram com o cataclismo, pelo que, depois da reconstrução, passaram à sacristia. O natural é que o tecto tenha abatido, deixando intactas as paredes, cuja decoração nada sofreu. E como a Casa do Infantado, com architecto próprio, poderosos haveres, não tinha motivo para regatear despesas, o Infante D. Pedro, futuro D. Pedro III, seu senhor à data da catástrofe, não hesitou entre uma nova adaptação da velha ermida e o projecto da sua reedificação total, projecto mais consentâneo com as necessidades do culto por esse tempo, cujo esplendor aumentara, e até mesmo com o espírito religioso duma época amante do fausto e da pompa, e que tinha o horror dos «estilos bárbaros», legados pelos séculos anteriores.

Reedificou, pois, o Infante D. Pedro a sua Real Capela da Bemposta, aceitando o projecto de reedificação total do architecto do Infantado, Manuel Caetano de Sousa. O que foram as obras dessa reconstrução, a sua intensidade, ou sequência nesta ou naquela época não é fácil sabê-lo, pelo menos antes que os documentos do Infantado estejam patentes, nas nossas bibliotecas, a quem os deseje consultar. A data de 1760 é apontada algures como a do início da reedificação. Mas em 1758 surgem já importantes disposições de D. Pedro quanto ao culto, como adiante se verá. Como explicar uma reforma importante na colegiada estando a capela em ruína e por restaurar?

Cirilo Volkmar Machado indica vários artistas que actuaram nos trabalhos da Capela da Bemposta e a que oportunamente farei referência. A data da acção de cada um deles não está geralmente designada por aquele autor. Calculando, entretanto, o período presumível de trabalho de cada qual, uma vez conhecidas as datas dos seus nascimentos e mortes, verificamos facilmente que esse período, para a maioria dos artistas, compreende os anos de 1780 a 1790. Em 93 sabemos, por no-lo dizer a legenda latina que encima a porta principal de saída para o exterior, que a obra de reconstrução estava considerada finda.

É pois de crer que o Infante D. Pedro houvesse efectivamente iniciado as obras de reedificação desta capela da Bemposta, custeadas pela Sereníssima Casa do Infantado, sabendo nós que o seu risco e direcção os confiou ao architecto da mesma Casa, Manuel Caetano de Sousa. Porém, pintores, esculptores, imaginários, entalhadores e douradores são chamados a cooperar nesta obra já quando o Infante se transformara no Rei D. Pedro III, ou mesmo depois da sua morte. O que os nossos olhos vêem, tudo deve ser obra executada, como atrás digo, entre 1780 e 1793. Há, no entanto, pormenores, no interior como no exterior, que são de data mais recente.

O INTERIOR

O estilo

A decoração e a talha desta Real Capela da Bemposta, onde predomina o oiro, o azul, o verde, a cor de rosa; onde em colunadas, frisos, pilastras, almofadas, a imitação de mármore de cor, de lápis-lazúli, difunde no todo uma alacridade ridente e harmoniosa, — exprimem, como nenhuma outra capela ou igreja de Lisboa, nem mesmo a Basílica do Sagrado Coração de Jesus —, o luminoso e doirado sentido de pompa e de luxo do declínio do século XVIII entre nós; dão-nos uma notícia imediata e fresca do gosto, das intenções, da vida belamente frívola da corte de D. Maria I. É o Príncipe do Brasil, futuro Rei D. João VI, quem tudo isto acaba, como poderá ver-se na legenda, atrás referida, que encima a porta de ligação para o antigo terreiro da Bemposta, crismado hoje em Largo do General Pereira d'Eça. Mas a notícia do estilo do Império ainda não tinha vindo e apenas a néo-renascença de Luís XVI, misturada com aquele forte sentido do barroco, de raízes tão fundas no gosto nacional, podia exhibir-se, ou predominar, na obra de architectos, pintores e decoradores portugueses, ao findar entre nós esse espectacular século XVIII.

Lancemos, antes de tudo, uma vista de conjunto por esta hoje encerrada capela do Paço da Bemposta, sem par na nossa Lisboa. E antes que a nossa imaginação venha povoar este ambiente, desfigurado por incaracterístico museu, com as sombras ali agitadas, principalmente depois do regresso da corte portuguesa do Brasil, em 1821 —, recebamos com simpatia a notícia primária do sentido decorativo que ficou a impressionar estas paredes. Há, num pormenor ou noutro, aqui e ali, sintomas evidentes de decadência. Mas se os olhos não teimarem em descobrir o defeito, a coisa desbotada, o pedaço de madeira apodrecido —, heis de sorrir para o estilo, para o doirado, para a policromia do conjunto. Não pode deixar de ser, banhados por uma ternura suave, que os nossos olhos se habituarão ao pormenor de portas, janelas, altares, balcões, lanternas, onde uma graça antiga, uma elegância morta, sorriem para nós, hoje ainda, com cativante expressão.

Veremos no deslizar dos olhos duns para outros motivos, a discordância entre certas formas rectangulares, como as da lindíssima janela da tribuna real, sobre a porta principal e as volutas, frontões, arcos rebaixados, arcos de volta perfeita, disseminados em luxuriante insistência, por todas as superfícies deste interior. E notaremos, agradavelmente surpresos, que esse contraste não é desagradável. Dele resulta, ao contrário, uma distinção de linhas que dá ao todo certa e peculiar nobreza. Se fixarmos os olhos na larga janela da tribuna real rectangular, de caixilhos doirados, sem dificuldade reconheceremos que o sóbrio traçado, parte da composição geral onde existem múltiplas

pilastras, tem ali funções de réplica ao farfalhudo *rocóco*, de que é exemplar único o escudo e a coroa reais, a vermelho e amarelo, que sobrepõem a mesma janela sobre a linha da cornija.

Registaremos, na capela-mor, as duas varandas de balaústres, sóbrias e elegantes; a do lado do Evangelho preenchida pelo órgão, que ainda lá está: e a do lado da Epístola destinada à música; o altar-mor, sustentado por colunas e pilastras caneladas, ladeadas por dois pequenos e graciosos nichos; os cinco altares do corpo da capela, com pilastras e colunas de ordem compósita, acrescentadas de vistosos frisos, sobre os quais se emoldura a talha, como que espiritualizando, ou glorificando, o sentido admirável da composição.

A luz, que no corpo central da capela, como na capela-mor, provém principalmente de lunetas, abertas sobre a cornija em contrafeitos de abóbada abatida —, na capela do Santíssimo entra por janelas praticadas também sobre a cornija, aqui de nível inferior. Tal luz, reflectida nos doirados e na policromia do ambiente, é suave, cariciosa, agradável... Deveria ter sido curioso em extremo o ar de tudo isto quando, há cento e tantos anos, os cónegos da «insigne colegiada» cantavam aqui suas missas e D. João VI, com as Infantas D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção, por vezes também na companhia do Infante D. Miguel, honrava os ofícios com a sua real presença.



Nesta capela, policrómica e alegre, muitos são os pormenores que prendem a nossa atenção. Os ornatos de portas e janelas, o mármore da Arrábida dos umbrais das portas, os balaústres, as variadíssimas almofadas, conchas, folhas estilizadas, volutas da mais variada configuração, denticulos, rosáceas, querubins, mísulas, tudo isto semeado com inteligente tacto, sem fatigar —, dá ao ambiente uma frescura tão grande que, estou bem certo, por si só aligeiraria os pecados de quem viesse, aqui, buscar incentivos de arrependimento e solicitar perdão... O século XVIII, que tudo isto concebeu, bem vemos porque não compreendera o gótico e o românico, estilos ao tempo desprezados. A religião, neste ambiente, era amável e gostosa. Nenhuma força espiritual prendia os homens, já por essa época, aos deveres da humildade e da parcimónia. Não tinha justificação imediata, nas pessoas de então, o espírito de sacrifício, o gosto pela amargura, que criara nos séculos anteriores figuras como S. Pedro, S. Francisco das Chagas, S. João Baptista, forças morais estupendas, como a ordem dos frades menores —, isso tudo que os pintores do mesmo século, talvez por tácita intuição do equilíbrio das coisas, se lembraram de espalhar nos altares desta jovial Capela...



Um último pormenor, para o qual julgo interessante, aqui, chamar a atenção: *o fingido*.

Em arte, como na vida, fingir, imitar, é coisa feia e repugnante de aceitar. O «pastiche», o «amaneirado», porque não são sentidos, porque não são espontâneos, resultarão sempre manifestações de arte inferiores. O que dentro de nós mantém o frémito da sinceridade revolta-se, reage, não perdoa. Muitas vezes sorrimos em face duma imitação, porque mais nada é preciso para a desqualificar...

Pois bem: os mármoreos fingidos têm aqui um tratamento tão curioso; há neles, por contra-senso, uma tal originalidade, que, ao vê-los, não nos sobeja força para depreciar. Sorrimos, é certo. Mas satisfeitos, em ar de quem contemporiza, por não poder fazer outra coisa. Isto é ainda, talvez, a poeira doirada do século XVIII a atrair-nos; é o gosto de então a justificar-se; são os homens de há 150 anos a dizerem-nos baixinho, entre duas pitadas de rapé:

— «Fomos assim por falta duma substância robusta que animasse o interior das nossas convicções, que desse forma vigorosa ao nosso sentido de beleza... Fomos amáveis, indulgentes, frívolos, porque andava o mundo cansado à nossa volta. Os estilos já eram muitos e baralhavam-se, confusos, em nossa mente. Que havíamos nós de fazer?...»

A decoração

a) Capela-mor

Vejamos agora tudo em pormenor.

Começemos, como é natural, pela capela-mor, não apenas por ser esse o lugar supremo numa sala de culto, como esta foi, mas ainda porque ali se encontra o caso pictural mais interessante de todo este conjunto.

Retábulo

Este retábulo é formado por três grupos de figuras. O primeiro, na parte superior, apresenta a Virgem Maria sobre nuvens, rodeada de anjos e querubins, considerando piedosamente o coração sangrento de Jesus, no alto do painel.

Em baixo, à esquerda, um documento curiosíssimo dos costumes entre nós nos fins do século XVIII: um grupo popular, formado por algumas crianças, duas mulheres de capote e lenço e uma preta; mais ao centro duas religiosas, cada uma com o seu hábito, por trás das quais outras figuras secundárias. Vemos à direita o grupo da Família Real, constituído pela Rainha D. Maria I, ao centro, no meio dos Príncipes do Brasil, D. João, futuro D. João VI e D. Carlota Joaquina, que dá a mão ao pequeno Infante D. Pedro Carlos, filho da Infanta D. Mariana Vitória (neto, portanto, de D. Maria I), e do Infante de Espanha D. Gabriel, irmão de D. Carlota Joaquina. Este Infante,

sempre de saúde delicada e corpo franzino, é o que no Brasil, para onde seguiu com a Família Real Portuguesa em 1807, foi Almirante-General — título meramente honorífico, e ali casou em 1810 com sua prima D. Maria Teresa, morrendo dois anos depois. No segundo plano e por trás do Infantezito D. Pedro Carlos, a Princesa viúva do Brasil, D. Maria Francisca Benedita; a seu lado *talvez* a Infanta D. Maria Ana, que ficou solteira. D. Maria I e o Príncipe Real do Brasil, D. João, ostentam a banda das três ordens (Cristo, S. Tiago da Espada e S. Bento de Avis), a fita roxa, verde e encarnada. D. Carlota Joaquina e o Infante D. Pedro Carlos trazem a banda azul e branca da Grã-Cruz de Carlos III. Ao fundo e procurando, porventura, estabelecer certo volume ou perspectiva, aos dois grupos inferiores do retábulo, está reproduzido o Castelo de S. Jorge, vendo-se três cubelos e a construção inestética, hoje desaparecida, onde, ao tempo, estava instalada a Real Casa Pia. A vista correspondente é perspectiva do Castelo considerada desde este sítio da Bemposta.

A primeira impressão que nos produz este retábulo é a da independência de execução dos seus três grupos picturais. Depois, se nos fixarmos no pormenor da sua factura, a independência e diversidade de técnicas que ali estão trabalhadas. Por fim a independência, por assim dizer, «espiritual» com que o autor desta tela entendeu dever arrumar os seus diversos valores iconográficos.

Começemos pelo grupo da Virgem e dos Anjos. Esse é a parte sem dúvida alguma menos interessante do retábulo. Tudo ali é convencional. É certo que no retábulo o tema religioso, intimamente ligado ao orago da Capela, tem o lugar primordial, o lugar de honra e de destaque. Mas apenas o lugar. O «amaneirado» do conjunto apaga-se, para destacar os dois grupos inferiores, sobretudo o da Família Real.

Neste a técnica de exposição é totalmente outra. A qualidade das figuras, sobretudo a Rainha, Príncipes e Infantas, corresponde uma certa palidez aristocrática, uma tranquilidade superior, — e já iremos ver a razão disto. Os vestidos graciosos e delicados, descem a uma pormenorização cheia de interesse. Os personagens, de presença agradável, resultam duma serenidade fria, a despeito da finura dos traços, da macieza nobre dos olhares. Por outro lado as figuras estão pintadas com grande independência umas das outras, sem ligação imediata entre si, sem aquela intimidade que explicaria a razão do conjunto.

Pelo contrário, o terceiro e último grupo, o popular, é trabalhado com uma força verdadeiramente admirável. As figuras têm vida palpitante, mostram uma carnação forte, o vigor violento da admiração e do pasmo. No êxtase com que uma das mulheres e duas das crianças, fervorosamente ajoelhadas, consideram o grupo da Família Real, há um deslumbramento em verdade comunicativo. É de notar a figura tipicamente portuguesa da mulher que se vê de

frente, e a expressão maravilhada da preta. A Virgem e os anjos, no plano superior, já não têm nada que ver com tais figuras. Elas estão presas, sim, mas da beleza do toucado, da indumentária, sobretudo da aparição *sobrenatural* da Rainha, dos Príncipes e dos Infantes. O pintor pôs aqui os recursos inteligentes da sua arte e da sua escola. E tendo feito, nesse recanto do retábulo, a parte mais bela da sua obra, pelo menos a mais espontânea, não creio que o pincel lhe andasse, aqui, contrafeito. A pujança de cor é, neste caso, indício de satisfação.

Mas quem era esse pintor?

Pois esse pintor foi o italiano José Throni que, contratado pelo nosso embaixador em Turim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para vir retratar a Lisboa a Família Real, aqui chega, efectivamente, em 1785. Havia dois anos que abordara igualmente a Lisboa, vindo de Inglaterra e de passagem para as Índias, um retratista inglês afamado, F. Hickey, que durante um ano não teve mãos a medir na nossa capital, onde pintou retratos de vários negociantes endinheirados e onde retratou também, em meio corpo, D. Maria I, retrato que o historiador e escritor, Dr. Caetano Beirão, suspeita seja o que figura na sala das sessões da Academia das Ciências, instituída por aquela Rainha.

É natural que Hickey tenha retratado, ainda, outros membros da Família Real, entre os quais D. Maria Francisca Benedita e D. Maria Ana. Da omissão de Cirilo neste ponto não é de deduzir rigidamente o contrário. Seja, porém, como for, o certo é que José Throni, quando em 1793 fez este retábulo, tomou para modelo da Rainha, já então louca, a cabeça que Hickey havia pintado dez anos antes. É ainda Cirilo quem no-lo aponta, sem acrescentar quaisquer dados que esclareçam a história da composição das demais figuras do grupo da Família Real.

Throni, que faz mais dois retratos de D. Maria I, em meio corpo, actualmente expostos no Museu dos Coches, não modificou sensivelmente o seu original. Em ambos os quadros nos surge uma D. Maria I semelhante a esta que estamos vendo aqui e que, por seu turno, foi copiada do original inglês.

Adaptado, assim, a uma escola diferente, de que aliás não era possível libertar-se ao ter de pintar figuras cuja pose simultânea, ou frequente, era difícil; impossibilitado, em 1793, de pintar belamente a Rainha, que enlouquecera no ano anterior, Throni compôs ao gosto de Hickey todo o grupo da Família Real que aqui vemos, limitando-se, ao provável, a reproduzir retratos, que por isso mesmo não jogam humanamente entre si. Mostrou-se, na emergência, um pintor de recursos, porventura interessado até na «novidade» do estilo inglês, que copiou. Mas não criou uma obra original.

Uma das curiosidades deste retábulo, no que respeita ainda o

grupo da Família Real, é a figurinha gentil de D. Carlota Joaquina. Quase toda a iconografia da futura Rainha-Imperatriz, tanto em Portugal como no Brasil, no-la apresenta feia, quase máscula, cabeça onde as feições, a um tempo endurecidas e flácidas, contrastam geralmente com espaventosa plumagem, adorno tanto ao gosto da época. Pois bem: aqui, temos uma jovem de 17 ou 18 anos, que ainda exterioriza a graça e a beleza que tanto encantaram D. Maria I em Estremoz, oito anos antes, quando a Rainha ali foi receber a Infantazinha da comitiva espanhola. Este retrato, único, assim, na longa galeria de D. Carlota Joaquina, tem pois interesse digno de nota.

Vilhena Barbosa atribuiu este retábulo a F. Hickey, talvez pelo conjunto de circunstâncias apontado, aliás esclarecido já por Cirilo na parte da iconografia da Rainha D. Maria I. Outros autores chegam a dar o quadro como feito em 1785, a despeito ainda de Cirilo, e sem notarem que nessa data, vivo o Príncipe do Brasil D. José, natural seria figurasse aqui também, no lugar ocupado aqui por seu irmão D. João; além de que D. Maria Francisca Benedita estaria, pela circunstância de aqui figurar o seu marido, no lugar ocupado por D. Carlota Joaquina. Mas temos ainda outra prova de que o quadro não é de Hickey, que saiu de Portugal em 1784: é a presença, aqui, do Infantezito D. Pedro Carlos, chegado a Portugal em Outubro de 1789 ou pouco depois. Finalmente o «crachat» das três ordens que o Príncipe D. João ostenta e lhe dá prerrogativas de regência, só foi seu atributo depois de Fevereiro de 1792, data em que passou a substituir sua Mãe nos Conselhos de Estado.

Não tenho a certeza de que a cabeça de cabelo preto e olhos pretos que no segundo plano vemos à esquerda da Princesa viúva do Brasil, D. Maria Francisca Benedita, seja a Infanta D. Maria Ana. Mas não vejo outra figura que, ao tempo, ornamentasse a corte portuguesa com mais dignidade nem, em caso contrário, motivo para que ela estivesse ausente deste retábulo. É certo que, nascida em 1736, D. Maria Ana, que se conservou solteira e morreu no Brasil, era mais velha dez anos que a irmã, a Princesa viúva, que vemos a seu lado. Aqui parece sensivelmente mais nova; mas o facto pode explicar-se não apenas por figurar sem o cabelo empoadado, ao contrário de sua irmã, mas ainda pelas prováveis contingências do trabalho de Throni, que bem suspeito se limitasse, aqui, a uma reprodução de retratos.

Notemos, de relance, a talha dourada que sobrepuja o retábulo, curioso trabalho onde, entre volutas e festões, cornucópias e querubins, vemos um esplendor, interceptado superiormente pelo tecto e em cujo centro de radiação aparece, uma vez mais, o símbolo do orago da capela.

Os tectos

Dentro da moldura oval aqui temos Nossa Senhora, ligada desta vez a particular simbolismo. A figura da Virgem, que parece ajoe-

lhada, ocupa o centro da tela. Um braço, como que a indicar protecção e ao mesmo tempo súplica perante o Deus Padre, que se encontra no plano superior, rodeado de anjos e querubins —, estende-se sobre o Anjo Custódio do Reino, que no lado esquerdo da tela considera a Virgem e tem na mão direita o escudo e a coroa real portuguesas; com a esquerda segura um cetro, uma chave e uma bandeira, em cujo pano se lê: «Custos Luzitanæ Regni», isto é, *Guarda do Reino da Luzitania*.

Por baixo da Virgem dois anjos adultos, um vestido de branco, outro de vermelho. O primeiro segura na mão um lírio, símbolo de pureza. Receio classificar a jerarquia e o coro a que pertencem estes dois anjos, e, por consequência, explicar o simbolismo da sua atitude. Serão Virtudes?

Esta tela pode muito bem ser de Pedro Alexandrino. Se nada nos autoriza a afirmá-lo perentoriamente, a verdade é que também nada nos força a recusar a hipótese. Cirilo, chave de tantos enigmas picturais que Lisboa apresenta, diz que o pintor «fazia todos os esforços para agradar, indo a tectos, e a toda a parte aonde achava que fazer». Se Pedro Alexandrino aqui entrou para pintar quatro ou mais retábulos, para pintar, porventura, os dez quadrinhos das cenas do Éxodo, adiante referidos — é natural que com o seu feitio de «topa a tudo» e a sua prodigiosa actividade, concertasse com o Administrador da Sereníssima Casa do Infantado toda a pintura da Capela reconstruída. Admitamos, porém, que assim fosse; o certo é que Pedro Alexandrino não esteve só na factura dos tectos desta Capela. Vemos aqui uma Assunção da Virgem ocupando moldura doirada, oval, recamada de flores e sustentada por anjinhos, alguns dos quais parecem apoiar-se na balaustrada lateral, desenhada em escorço.

Pois bem: as flores que aqui vemos foram pintadas por Manuel Macário, e não Baptista Manuel Macário, como Castilho indica. Este pintor, que morreu moço, foi discípulo de Luís Baptista, falecido em 1785. Daí a confusão do ilustre autor da «Lisboa Antiga». Sendo natural que tivesse morrido depois do Mestre, Macário deve ter trabalhado este tecto à volta de 1793, data em que tudo isto foi ultimado.

Pelo que respeita os ornatos e architecturas pintados nos três tectos da Capela-Mor, Corpo da Capela e Capela do Santíssimo, tudo é obra de José António Narciso, compadre e amigo do architecto Manuel Caetano de Sousa. Castilho atribui toda a pintura do tecto, «menos as flores», a Inácio de Oliveira, o que não é exacto. O Grande Mestre foi conduzido a esta afirmação pelo confuso texto de Cirilo. José António Narciso, muito ligado ao architecto Manuel Caetano de Sousa, especializara-se em desenhar ornamentos e quadraturas, e em pintar ornatos e architecturas, trabalhos estes que executou para muitos tectos de outras igrejas e palácios.

(Continua)

BAILES NA CORTE DE D. MANUEL I

(Conclusão)

Palestra proferida na sede deste
Grupo, em 12 de Abril de 1951.

por MARIO COSTA

MUITOS de VV. Ex.^{as} — os que estão menos habituados a este género de tortura — já terão pensado que parece não terem fim esta quezilenta leitura e o sucessivo sobrepor de folhas, a que muito espirituosamente se referiu o ilustre conferente que há 15 dias me antecedeu.

Réu confesso, embora, não nos repugna crer que esse processo de tiranizar a pessoa humana venha um dia a ser considerado crime com premeditação, previsto num futuro Código Penal, e a que, como é bem de ver, não poderá deixar de corresponder a condenação máxima, expiada durante 28 anos, em possessão de 1.^a classe...

Por hoje — devo prevenir VV. Ex.^{as} — com um pouco mais de resignação, findará o vosso suplício.



Estamos a chegar às últimas das grandes festividades realizadas em vida de D. Manuel. Sua filha, a infanta D. Beatriz, «formosa à maravilha», na classificação de Gil Vicente, a mesma a quem a lenda fez inspiradora da maior paixão de Bernardim Ribeiro, vai casar com o Duque Carlos de Sabóia.

D. Manuel, porque dispensava a essa filha uma declarada preferência, e porque não ignorava, certamente, a pompa com que se tinham celebrado os esponsórios da infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, e do príncipe-herdeiro D. Afonso, filho de D. João III, quis que as festas em preparação não desmerecessem daquelas nem da gloriosa época que estavam vivendo.

As festas começam com a cerimónia do casamento, no domingo de Pascoela, em Abril de 1521, realizando-se em seguida um serão, isto é, um grande baile, em que dançam todos os infantes e infantas.

Desse dia em diante não se deixa uma só hora de trabalhar nos preparativos da viagem que a infanta irá fazer até junto de seu marido, trocando a sua Pátria, o país em que nasceu, por outra que se vê obrigada a adoptar.

Quatro meses depois, às 4 horas da tarde de domingo 4 de Agosto, nota-se no Terreiro do Paço e para lá das paredes do Paço da Ribeira, um bulício desusado. Fazem-se os últimos preparativos para a «cavalgada festival» que vai tomar o caminho da Sé, onde a infanta fará as orações de despedida.

O sol brilhante que irradia trouxe para a rua massas de gente que quer assistir à passagem do cortejo real. Surgem, finalmente, as principais figuras, rodeadas de grande luxo e imponência: El-Rei, a Rainha D. Leonor, a infanta D. Beatriz, o príncipe D. João, a infanta D. Isabel, o cardeal-infante D. Afonso e os infantes D. Luís, D. Fernando, D. Henrique (o que foi cardeal-rei) e D. Duarte, seguidos das damas da rainha e das infantas, gentis-homens, pagens e moços de esporas.

Todos envergam vistosos e ricos trajos de gala e montam cavalos de brida, ginetes, mulas e facas, cobertos de panos, caparazões, guarnições e andilhas confeccionados de veludo, brocado e setim recobertos de bordaduras de ouro. A Rainha e a infanta, excepcionalmente, reclinam-se, lado a lado, em rica liteira.

Terminado o acto religioso, todos se dirigem aos Lóios, pois a infanta deseja dizer o último adeus à rainha-viúva, D. Leonor.

Pouco depois faz-se o regresso ao paço. Este, desde a escadaria, estava decorado com as melhores obras de arte, em que sobressaíam as mais ricas e lindas tapeçarias. O dossel era do mais fino brocado e as cadeiras, sob o mesmo colocadas e destinadas ao Rei e à Rainha, estavam cobertas de panos de ouro. Em almofadas, à volta da sala, sentavam-se os filhos do Rei, e ao fundo os grandes da Corte.

Deu-se logo início ao sarau. El-rei dançou com a noiva, a Rainha com a infanta D. Isabel, os príncipes com as damas mais categorizadas e os jovens galantes fizeram outro tanto, acercando-se das damas da sua maior simpatia.

Prolongou-se a dança por algumas horas, e, quando ela findou, representou-se *Cortes de Jupiter*, um novo auto de Gil Vicente, escrito propositadamente para esse dia, nele participando muitas figuras. No beberete, como seria de esperar, nada faltou. Foi copioso e rico.

O dia seguinte destinaram-no ao embarque, tendo-se organizado um luzido cortejo, por entre aclamações do povo, o repique dos sinos e o ribombar da artilharia.

Construiu-se uma ponte sobre barcas; e, tanto aquela como o cais, foram lindamente alcatifados e decorados com as mais ricas tapeçarias.

A noiva tomou lugar na testa do cortejo, à direita de seu pai, seguindo-se-lhes a rainha, o príncipe e os infantes, damas da corte, gentis-homens, embaixadores do duque, mordomos-mor do rei e da rainha, porteiros, mestre-sala, reis de armas, porteiros de maça e oficiais-mores. A fechar, tocadores de charamelas, sacabuxas, trombetas e atambores.

Quando o batel real acostou à nau principal, repetiram-se as ovações; e, logo que a família real e toda a comitiva entraram a bordo, deu-se começo a um novo serão de dança.

No Tejo, em frente do Paço, fervilhavam as embarcações de vários tipos, que rodeavam e se misturavam com as unidades da esquadra, soando de bordo das primeiras e do lado de terra, ovações e músicas festivas, como o mais expressivo hino que o povo lusitano podia entoar em louvor da filha do seu rei.

Na terça-feira, dia 6, o rei, a rainha e os infantes foram visitar a noiva, havendo a bordo outro animado serão, seguido de baile.

No dia seguinte, a esquadra tomou o rumo de Belém, onde ancorou, para receber nova visita de D. Manuel, o qual, contristado com a separação, parecia adivinhar o negro futuro que estava destinado à sua filha mais querida.

Até 9 de Agosto, dia em que a esquadra deixou as águas do Tejo, de dia e de noite, em volta da nau da infanta — «Santa Catarina do Monte Sinai» — andaram num constante vaivém batéis ornamentados, conduzindo músicos e cantadores, que se faziam ouvir em contínuos concertos e serenatas.

A armada real compunha-se de 18 unidades (4 naus grossas, 4 galés, 2 galeões, 5 naus, 2 caravelas e 1 fusta), todas recamadas e decoradas interiormente com tecidos ricos e custosos. No seu recheio e no guarda-roupa da comitiva, pôs D. Manuel o maior interesse, querendo que tudo mostrasse bem a grandeza da Nação. Gastaram-se para mais de seiscentos mil cruzados.

Seguiram com a infanta a sua camareira-mor, D. Leonor da Silva, oito damas e muitas guarda-roupas, moças de câmara, guardas das damas e escravas brancas. Além dos homens de armas e do mar, figuravam bispos, cortesãos, pagens, manteeiros, copeiros, capelães, porteiros de maça e de estribeira, reposteiros e músicos da câmara. Estes levavam consigo seis charamelas, três violas de arco, uma cítara, oito trombetas e seis atambores.

Os fidalgos, damas e pagens — mais de 60 — vestiam das melho-

res sedas e brocados, guarnecidos de pérolas, pedraria, canotilhos, chaparia e oiro e ostentavam colares de pérolas, de pedraria e de oiro esmaltado. As espadas, os estoques, as adagas, os punhais, os cintos tinham ricas guarnições e esmaltes de oiro. Os botões eram de pedraria, pérolas e oiro esmaltado. E sobre o veludo dos sapatos também se viam ricas guarnições de oiro e esmalte.

Um luxo e uma riqueza que pareciam de sonho! Fez-se uma espécie de *mobilização* de jóias, a que corresponderam prontamente os fidalgos que ficavam, para que a embaixada se mostrasse digna do Portugal de então.

Quatro meses depois, a 13 de Dezembro, o Rei «Venturoso» dava o último suspiro, no paço erguido por sua inspiração, à beira do Tejo, donde ele tinha visto partir tantas das caravelas que deram «mundos novos ao mundo».

Está finda a missão que nos trouxe à presença de VV. Ex.^{as} patenteando-lhes uns tão mal pintalgados quadros. Com eles pretendemos avivar os conhecimentos de VV. Ex.^{as}, demonstrando-lhes que o baile já noutros tempos era uma forma graciosa, alegre e estonteante de divertir as sociedades, de rematar certas solenidades, organizadas com os mais diversos objectivos, tendo especialmente em mira a comemoração de datas festivas.

O grande Mestre Júlio de Castilho, bem disse na sua obra monumental, que «Não havia festa grande sem baile» e mais ainda que «foi a dança entretenimento geral em todas as classes» (1).

E assim, com estas duas sentenciosas citações, concluímos a nossa desataviada palestra, agradecendo a VV. Ex.^{as} a coragem com que a suportaram até final.

(1) *Lisboa Antiga*, vol. III, pág. 291 e vol. XII, pág. 113.

FEIRA DA LADRA

AINDA A «CAPELA DOS MIRANDAS» NA IGREJA DE S. CRISTÓVÃO

NO meu artigo A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda, publicado no n.º 53 desta Revista, sugeria eu ao Grupo Amigos de Lisboa, que pedisse à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a restauração da velha capela trecentista dos «Mirandas», na igreja de S. Cristóvão, incluindo a colocação dos túmulos ainda ali existentes nos seus primitivos lugares, retirando-os do vergonhoso empilhamento em que se encontram, e pondo a descoberto as campas actualmente escondidas sob o apodrecido soalho.

Surgiriam então aos olhos maravilhosos dos Amigos de Lisboa os restos de uma curiosa capela medieval que não estarão muito habituados a ver. Mas foi, mais uma vez, clamar neste deserto.

Entretanto não resisto à tentação de lhes transmitir a rápida notícia que nos deixou D. António Caetano de Sousa, nas suas Memórias sepulcrais: (1)

«Na Igreja de S. Christovão de Lisboa esta hua Cappella com hũ retablo do descimento da Cruz, q. fica a mão direita. Estão ao redor das paredes seis sepulturas de pedra grandes sobre leoens

(1) *Memorias sepulcraes para servirem a Historia de Portugal, offerecidas a Academia Real por D. Antonio Caetano de Sousa. Ms. da B. N. de L.*

de pedra em torno, e a primeira junto ao altar tem as armas dos Mirandas, e o letreiro seguinte...»

É o túmulo do Bispo de Braga D. Martim Afonso de Miranda, cuja inscrição dá bastante alterada.

Depois continua:

«A ultima sepultura levantada (e alem dos Tumulos todo o chão he de campas grandes de homens desta familia e appellido) diz assim: Aqui ias Diagalvres, contador del Rei dõ Afonso, e veador de seu almazem. Passou no mes de Maio, era de 1440 annos».

E acrescenta esta informação:

«Na parede tem somente este letreiro a baixo: Aqui ias Gomes de Miranda, cavaleiro fidalgo...», etc.

Por fim conta-nos o seguinte:

«E alem dos muimentos atraz, e sepulturas razas, estão nesta mesma cappella, no alto das paredes, dous sepulcros piquenos com mytras de Bispos sobre dous Leoens, tudo de pedraria e cercados com Letreiros que por ficarem altos se não deixão bem ler»

Ora D. António Caetano de Sousa descrevia a capela no século XVIII, portanto antes da transformação de 1839, com o ridículo empilhamento das sepulturas sob o arco do altar. Bem dizia eu que o arranjo tresandava a essa época.

Mas que fim levariam os quatro túmulos, assentados nos seus leões de pedra, que estavam dispostos «ao redor das paredes», e as lápidas que hoje não

vemos? Estará tudo oculto no vão do altar, por trás dos dois sarcófagos dos Bispos-cavaleiros?

O painel do Descimento da Cruz não seria obra de mérito, pois Cirilo não se lhe refere. (2).

Em todo o caso aqui deixo estas sucintas informações que poderão um dia vir a ser prestáveis se os Amigos de Lisboa julgarem que lhes paga a pena levantar a sua voz a bem deste velho monumento citadino.

J. M. Cordeiro de Sousa

SCHERZO...

O milhão de habitantes que habita Lisboa e seus arredores não sabe andar na rua. Na Baixa, polícias sinaleiros e seus auxiliares, encaminham nos cruzamentos os apressados transeuntes, forçando seus passos a seguirem pela direita. Mas a irreverência latina do alfacinha, uma vez nas costas do polícia, condu-lo, em sua realíssima gana, aos encontrões a outros alfacinhas, pela esquerda, pela direita, pelo centro, conforme calhar e Deus for servido.

Na rua Barros Queirós a Câmara sinalizou o chão e, vamos lá, com pleno proveito. A rua Barros Queirós dir-se-ia uma rua de Londres, — a cidade mais amável do mundo! Mas a rua Barros Queirós que, tácita e implicitamente, corresponderia a «uma escola de andar na rua», não reflecte seus efeitos nos bairros periféricos, nem mesmo nas ruas da Baixa, nem mesmo no elegante Chiado, onde a anarquia dos passos é perfeita.

Quem escreve estas linhas pára, por sistema, em frente de senhoras dengosas,

(2) Collecção de Memórias relativas ás vidas dos pintores, etc., recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, Lisboa, 1823.

de cavalheiros respeitáveis — mas não respeitadores das regras de trânsito e a todos indicando-lhes o caminho, informa em voz doce como mel:—«Pela direita!». Pessoa de família que muitas vezes o acompanha, costuma dizer:—«Lá estás tu a querer educar o povo!».

Efectivamente, «o povo» costuma olhar surpreendido para este insulso e desajeitado orientador de multidões, considerando-o com súbita surpresa e a expressão de espanto de quem pensa, incomodado:—«Este homem está doido!».

É evidente loucura minha o querer acrescentar-me, isoladamente, aos polícias dos cruzamentos da Baixa. Não direi a solução; mas «o tratamento» do importante problema de habituar os transeuntes a praticamente dividirem os passeios em duas faixas, seguindo cada qual, à ida e à volta pela direita, é, em grande parte, função da Câmara: umas setas, a negro, postas sobretudo nas esquinas, começando este trabalho civilizador pelas ruas de maior movimento.

Os jornais poderiam, também, ter aqui o seu papel e chamar a atenção dos peões, nas «orelhas» da 1.ª página, com a violência dum «slogan» qualquer, por exemplo:

—«Peão! Segue só pela direita!».

Sem propor a esta «direita» expressão ou intenção política, mas apenas a da postura universalizada, a rádio que boa contribuição poderia dar, numa sugestiva «nota do dia», segredando ao ouvido de milhares de auditores a maneira como devem andar na rua! O mesmo Grupo Amigos de Lisboa estaria em posição óptima de, por amizade a Lisboa, organizar uma «Semana do Peão»... Sinclair Lewis ridicularizou «as semanas de...» no ambiente caricatural do Babitt... Mas «as semanas de...», na América, atingiram o absurdo e o cansaço. Entre nós, porém, não se tem abusado delas.

E, francamente, a «amabilidade» das ruas da nossa querida Lisboa merece ser retocada, procurando nela eliminar este senão dos encontrões com que, todos os dias, uns aos outros nos mimoseamos, a cada passo, e tão dispensadamente!

L. M.

NOTA AO ARTIGO «OS GUARDA FATOS», DA «FEIRA DA LADRA» DO NÚMERO ANTERIOR

EM bom português antigo, o que nós hoje chamamos comumente «fato», nomeava-se por «roupa». Dizia-se «fato» o que nós agora designamos por «bagagem» atingindo até, por vezes, o conjunto de objectos que constitui um «recheio de casa». Assim os guarda-fatos, desta curiosa postura seiscentista, não se destinavam exclusivamente a guardar a roupa. Eram verdadeiramente guardadores de cargas e da restante tralha que empecnia os movimentos dos que chegavam à cidade.

M. S.

CURIOSIDADES

QUEM percorrer a rua dos Sete Moínhos encontra para o fim da mesma o «Pátio do José Serralheiro»... A homenagem que alguns desejariam ver naquele topónimo não é mais, evidentemente, do que uma simples coincidência de alcunhas...

Um estabelecimento das chamadas Avenidas Novas estadeia pomposa tabuleta na qual se lê: *Electro Europa Canalizadora!* Ao que chegou esta infeliz e transviada Europa...

Apareceu há meses nos escaparates dos livreiros o «Guide Touristique de Lisbonne». Brochura de 192 páginas, im-

pressa em bom papel e contendo apreciável colaboração subscrita por consagrados olisipógrafos. Inclui a obra, como é da praxe em publicações de tal natureza, uma planta topográfica litografada a cores e dividida em 24 folhas.

Tudo muito bonito, muito agradável, mas, o pior é que o desenhador dessa planta não concordou com a verdadeira direcção Norte-Sul e decidiu imprimirlhe uma rotação de cerca de 90°. Assim, passou o Bairro Residencial da Ajuda a estar ao N. do Terreiro do Paço, a Serra de Monsanto ao N. do Parque Eduardo VII, etc., etc.

Deslizes...

A. F. N.

MONSANTO

O miradouro de Montes Claros, trecho interessantíssimo do Parque Florestal, onde já convergem aos domingos milhares de pessoas, foi construído por adaptação do antigo forte de Montes Claros, reduto de forma hexagonal, integrado no sistema do campo entrincheirado.

As obras para a construção do Forte foram inauguradas em Dezembro de 1863 por iniciativa do Marquês de Sá da Bandeira. A inauguração como miradouro teve lugar a 9 de Julho de 1942 com uma festa mundana de grande elegância e distinção.

A simpatia popular por este inigualável belveder implicou a criação duma carreira privativa de autocarros, que a breve trecho se tornou uma das mais concorridas. Estão em vias de acabamento importantes obras de valorização que a Câmara mandou executar e que bem merecem o encómio dos lisboetas.

O grande Bosque de Lisboa abrange uma área já superior a 900 hectares. Umhas plantadas, outras sementeas, co-

brem já o parque mais de milhão e meio de árvores de variadas espécies, justamente aquelas que a constituição do solo e os factores climáticos aconselhavam. E a plantação continua...

H. R.

RUA DA MADALENA

NÃO. A corcova da rua da Madalena não foi adquirida com o tempo e portanto não deve ser tomada como uma certidão de idade. A rua é corcovada desde que nasceu e a sua existência não conta ainda, relativamente, muitos anos.

A primeira vez que vemos citar a rua da Madalena é em 1766. Mas não se pense que eram já muitos os edifícios que a emolduravam. Pelo contrário, eram pouquíssimos, tão poucos que se poderia dizer que era uma rua sem casas. Calcule o leitor que dois anos depois, em Abril de 1768, eram apenas três os prédios que se erguiam na rua! Do lado do nascente dois, os quais tinham sido mandados edificar por João Gonçalves e por D. José de Meneses; do lado do poente um que pertencia à congregação de Nossa Senhora da Doutrina. No entanto, na praça que se abria ao cimo dos dois lanços da rua — praça que se chegou a denominar da Bela Vista — já se tinha erguido um grande edifício, o dos irmãos Caldas, João e Luís, e no qual nesse ano, morava o francês Jacome Ratton, grande industrial e amigo e admirador de Pombal. Tinha ido para ali em 1766.

1940 — Tempos que passaram.

Pastor de Macedo

AZULEJOS

LISBOA orgulha-se de uma riqueza espantosa em azulejos. Quem, à margem de um inventário, os quisesse estudar, teria que elaborar alguns volumes. Muito se tem trabalhado e escrito sobre

azulejos de Lisboa, mas eu atrevo-me a afirmar que está quase tudo por fazer.

É que o azulejo pela sua natureza esconde-se, oculta-se, deixa-se entaipar, consente o anonimato, tolera a cobertura, o escambo, a anulação visual.

Todos os dias descubro o que até agora não via apontado, e devo confessar que só uma parte mínima desses milhares de documentos de cerâmica tem desfilado perante meus olhos. Há os azulejos historiados, os objectivos, os sacros, os bíblicos, os militares, os decorativos, os de fantasia, os de corte, os de cumprimentos.

Panos que enchem claustros, quadros que cobrem paredes, maravilhas de Lisboa, património ignorado de cerâmica, que não é constituído apenas pelos exemplares de S. Vicente e do Hospital de S. José, mas também pelos das casas pequenas, e dos palácios, e restos de convento, eirados e terraços, pátios e vestíbulos, capelas e alegretes.

1939.

Norberto d'Araujo

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

COMENTARIO de Júlio de Castilho: «Uma das coisas que mais influíram na metamorphose da Cidade inteira foi a iluminação municipal. Hoje nem por longe avaliamos que enorme progresso desceu, de asas abertas, lá das regiões do possível, sobre a velha Lisboa dos mareantes, quando se acendeu uma noite o primeiro lampeão!».

Essa noite histórica foi a de 17 de Dezembro de 1780, segundo noticia que o mesmo escritor transcreve da Gazeta de Lisboa: «a 17 do corrente concorreram os ministros estrangeiros e toda a Côte ao palácio da Ajuda, para cumprimentar e beijar as mãos a Suas Majestades e Altezas por ocasião da festividade desse

dia que é o aniversário do nascimento da Rainha nossa senhora (D. Maria I). Na noite do mesmo dia apareceram acesos os lampeões postos nas principais ruas desta Cidade para as iluminar».

Acrescenta textualmente o sr. Matos Sequeira (outra autoridade), em nota à Lisboa Velha, de Sousa Bastos, que «só em 1840 durante o Consulado de Pina Manique, é que ela foi verdadeiramente organizada».

H. R.

O BATALHÃO DA BATATA

... não faltaram os meios de bem encaminhar a mocidade pobre e desprotegida. O claustro era um asilo. Havia, além disso, colégios e orfanatos que abriam filantrópica e previdentemente as suas portas à puerícia desamparada. Um desses colégios foi popularíssimo: o Seminário dos meninos órfãos, do Padre António Luís. De igual índole era o Colégio de Santa Quitéria, na travessa desta denominação. A Casa Pia, do Manique, deveu a sua erecção ao mesmo útil

e moralíssimo pensamento — aliviar a cidade dos vadios menores que a infestavam. Ainda em nossos dias se extinguiu o chamado no vulgo Batalhão da batata, pensionato do Estado, estabelecido em Santa Apolónia, para educação e aprendizado de menores, e de que Lisboa via os alunos passearem-lhe as ruas uniformizados de brixe, com vivos encarnados, e a barretina de penacho esférico, de onde provinha a alcunha ao juvenil batalhão.

Dezembro de 1903.

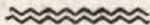
Gomes de Brito

POMBOS DO ROSSIO

*Tu que fumas no Rossio
não chames vadio a pombo,
sem saber se ele é vadio.*

*Só porque anda no Rossio
nem todo o pombo é vadio
nem todo o vadio é pombo...*

Sidónio Miguel



ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA" DURANTE O ANO DE 1951

VISITAS DE ESTUDO

- 13 de Janeiro — À *Imprensa Nacional*, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
28 de Janeiro — Ao *Conservatório Nacional*, dirigida pelo sr. dr. Ivo Cruz.
18 de Março — Ao *Centro de Aviação Naval* (Bom Sucesso), dirigida pelo 2.º tenente sr. Simões Lopes.
8 de Abril — À *Igreja dos Barbadinhos e Depósito de Águas do Alviela*, dirigida pelo sr. dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, com a colaboração do sr. eng. Amílcar de Melo.
22 e 29 de Abril — À *Torre de Belém*, dirigida pelo arq. sr. Paulo Cunha.
27 de Maio — Ao *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
10 de Junho — À *Fortaleza de S. Julião da Barra*, dirigida pelo sr. brigadeiro Correia Guedes.
24 de Junho — Aos trechos existentes da *Cerca Moura*, como póstuma homenagem ao saudoso Mestre eng. Augusto Vieira da Silva, dirigida pelo sr. dr. José Caria Mendes.
7 de Julho — Ao *Quartel do Carmo*, dirigida pelo sr. Gustavo de Matos Sequeira.
4 de Novembro — À *cidade de Évora*, dirigida pelos srs. Gustavo de Matos Sequeira e Túlio Espanca.
11 de Novembro — Ao *Palácio Galveias — Exposição Bibliográfica e Iconográfica das Casas da Câmara de Lisboa*, dirigida pelo sr. Norberto de Araújo.
18 de Novembro — Ao *Prédio da Praça de Londres, n.º 3*, dirigida pelos srs. arq. Cassiano Branco e eng. Mário Rodrigues.

CONFERÊNCIAS NA SEDE

- 29 de Março — *Conversemos sobre Lisboa*, pelo sr. dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
12 de Abril — *Bailes na Corte de D. Manuel I*, pelo sr. Mário Costa.
26 de Abril — *Os Palácios da Junqueira*, pelo sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal.

CIRCUITO TURÍSTICO

- 4 e 6 de Fevereiro — II Circuito Turístico de Lisboa Moderna em autocarros.

CHÁ CELESTE



VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »
« Five Crowns »
« Six Grapes »
« Imperial Dry »

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES	PREÇOS PARA		CONSIGNAÇÕES	PREÇOS PARA	
	os sócios	o público		os sócios	o público
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00	AUGUSTO CASIMIRO		
A Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins, crítica	9\$00	10\$00	Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	9\$00	10\$00	EDUARDO NEVES		
«Olisipo»	8\$00	10\$00	Lisboa na Numismática e na Medalhística	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$00	5\$00	Do Sítio do Intendente	10\$80	12\$00
A. VIEIRA DA SILVA			FERREIRA DE ANDRADE		
A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	9\$00	10\$00	Relação das casas foreiras	22\$50	25\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	9\$00	10\$00	Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00	Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
ALFREDO DA CUNHA			Palácios Reais de Lisboa		
Olisipo, berço do periodismo português	9\$00	10\$00	J. S. VIEIRA		
ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA			O Convento dos Marianos		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	9\$00	10\$00	GILBERTO MONTEIRO		
Lagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00	Esboço histórico do Hospital Militar de Belém		
O Campo de Santa Clara	9\$00	10\$00	GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA		
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00	Auto de S. João		
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA			Lisboa (comédia)		
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	9\$00	10\$00	HENRIQUE LINHARES DE LIMA		
F. A. GARCEZ TEIXEIRA			Vultos e Sombras medievais		
A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00	HUGO RAPOSO		
JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN			Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo		
Relação histórica (resumida) das cavalladas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00	JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)		
LUÍS MOITA			Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada		
Ermida de Santo Amaro	9\$00	10\$00	JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
LUÍS PASTOR DE MACEDO			A Urbanização de Lisboa		
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00	JULIETA FERRÃO		
LUÍS TEIXEIRA			Lisboa, 1870		
O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00	LUÍS PASTOR DE MACEDO		
MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO			A Baixa Pombalina		
A Igreja e o convento da Graça	9\$00	10\$00	A Rua das Canastras		
NORBERTO DE ARAÚJO			Crítica, correcções e aditamentos		
Pequena monografia de S. Vicente	9\$00	10\$00	Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé		
			MANUEL VICENTE MOREIRA		
			Jardins de Lisboa e Porto		
			Problemas da habitação		
			MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
			Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém		
			ROBERTO DIAS COSTA		
			A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa		
			ROQUE GAMEIRO		
			Lisboa Velha		
			RUY DE ANDRADE		
			Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina		
			RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
			Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense		

E AS EDIÇÕES CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DA ANTIGA IMPRENSA DE COIMBRA E DA IMPRENSA NACIONAL

VIDROS E CRISTAIS

Especializada no fabrico de vidros para iluminação
e de frascaria para perfumaria e laboratórios

GAIVOTAS, L.^{DA}

FÁBRICA FUNDADA EM 1811

Rua das Gaivotas, 10 a 24

Telefone P. B. X. { 63176
63177

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

Telf. 2 0244

Telegr. PAPELCAR

PAPELARIA CARLOS

DE — CARLOS FERREIRA, L.^{DA}

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155—LISBOA
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4

MÉTODO CALIGRÁFICO

por PINTO DE MESQUITA, professor jubilado

Acaba de sair a 7.ª edição O mais completo de todos os métodos. Um volume com 110 modelos, 17\$50. Do mesmo autor: **Cadernos com Pautas Caligráficas**, adaptadas ao método, riscado especial para **Letra Inglesa — Cursivo Curvilinear Bastardo — Bastardinho** — cada 3\$00. **Resumo de Taquigrafia Commercial 2.ª edição**, com mapas geométricos representativos da formação dos signos (letras e sons), 10\$00. **Premiados com as medalhas de prata e bronze nas Exposições do Rio de Janeiro, 1908-1922** Pedidos à

LIVRARIA ALBANO DE SOUSA & BARBOSA L.ª

Largo Martin Moniz, 2.º Pavilhão (Ourivesarias) Loja n.º 2-Telef. 31456 LISBOA

Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo

PAPELARIA CAMÕES

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.ª

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TELEG.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO
R. CARMELITAS, 40
Tel. 22033

COIMBRA
R. DR. RODRIGUES, 13
Tel. 3546

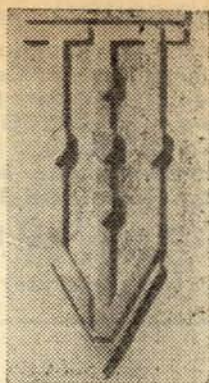
TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores

CAPTAÇÕES
DE AGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

P. da Figueira, 18, 3.º Esq.

LISBOA

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: **Rua do Comércio, 39** Telefone: 30551

FRÓTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL	1.560 T.	n/m COLARES	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.588 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/v ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CORUCHE	1.376 T.
n/m ALENQUER	9.588 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALEXANDRE SILVA	3.215 T.	n/v COSTEIRO SEGUNDO	510 T.
n/m ALFREDO DA SILVA	3.643 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n v ALFERRAREDE	2 118 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9 588 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.600 T.	n/v FOCA	2.060 T.
n/m AMBRIZETE	9.245 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANA MAFALDA	3.643 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANDULO	9.245 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T.	n/v MARIA CRISTINA	5.580 T.
n/m ARRAILOS	9.588 T.	n/v MELLO	6 253 T.
n/m BELAS	7.259 T.	n/v MIRANDELA	8.280 T.
n/m BORBA	7.259 T.	n/v MIRA TERRA	600 T.
n/m BRAGA	7.224 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BRAGANÇA	7 224 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m CARTAXO	1.376 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T.
n/v ZÉ MANEL	1.240 T.		

TOTAL: 202.967 TONELADAS

REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO», «SOURE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.)

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

2 navios de 3.600 T. e para 52 passageiros cada

2 rebocadores de 1.200 T. cada.

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLÂNDIA
E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO. CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL